



Avenida Senador Salgado Filho, 1385, Sala 114/116, Guabirota  
Curitiba – Paraná – Brasil (81.510-000)  
Vanilda Rosângela de Souza – Diretora  
[vanilda.souza@Sysflor.com.br](mailto:vanilda.souza@Sysflor.com.br)

## RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO FASE 2 PARA CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

### SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., UNF Maranhão, Núcleo Cidelândia SYS-FM/CERFLOR-0001

Avenida Newton Bello, Estrada do Arroz, km 13– CEP: 65.900-000 – Imperatriz / Maranhão

Contato do Cliente: Hermes Queiros Rocha – [hermesrocha@suzano.com.br](mailto:hermesrocha@suzano.com.br)  
Website do Cliente: [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br)

DATA DE CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
02/06/2014	01/06/2019

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
08/07/2013 a 11/07/2013
28/10/2013 a 29/10/2013
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
02/06/2014

#### Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de certificação pela equipe de auditores e está dividido em duas seções.

Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por email sempre que solicitada. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

## **PREFÁCIO**

A SYSFLOR é uma certificadora credenciada pelo CGCRE para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. Sob o sistema de certificação do CERFLOR, os EMFs que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e, assim, poderão usar o endosso do INMETRO e o logotipo para fins de mercado, sujeitas à supervisão regular da SYSFLOR.

A SYSFLOR convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e outros peritos na área florestal para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação da SYSFLOR coletam e analisam documentos e registros, conduzem entrevistas com os funcionários dos EMFs e as principais partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório nas UMF como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe da SYSFLOR determina a conformidade do EMF com os Princípios e Critérios do CERFLOR.

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO</b> .....	<b>5</b>
<b>1.0 INFORMAÇÕES GERAIS</b> .....	<b>5</b>
1.1 Informações de Registro do Certificado.....	5
1.2 Dados do manejo florestal .....	7
1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão) .....	8
1.4 Informação Social.....	14
1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos.....	14
<b>2.0 DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL</b> .....	<b>15</b>
2.1. Plano de Manejo Florestal .....	15
2.2. Contexto Socioeconômico .....	17
<b>3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
3.1. Padrões utilizados .....	18
3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF) .....	18
3.3. Cronograma e Equipe da Avaliação .....	19
3.4. Avaliação do Sistema de Manejo.....	23
3.5. Processo de Consulta às Partes Interessadas* .....	24
<b>4.0 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO</b> .....	<b>36</b>
4.1 Pontos fortes e fracos em relação aos P&C do CERFLOR.....	36
4.2 Processo para Determinar Conformidade.....	39

**ABREVIATURAS**

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
AAVC / FAVC	Área de Alto Valor de Conservação / Floresta de Alto Valor de Conservação
ADA	Ato Declaratório Ambiental
ANVISA	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural, instituído pelo Novo Código Florestal (Lei 12.651/12)
CCIR	Cadastro de Contribuinte de Imóvel Rural
CERFLOR	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz"- ESALQ/USP
FAVC	Floresta de Alto Valor de Conservação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPLAN	Gerência de Planejamento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICCT	Instrumento de Caracterização de Comunidades Tradicionais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEF	Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
NC	Não Conformidade
PCCF	Programa Cooperativo de Certificação Florestal
PDCA	Planejar-Executar-Verificar-Ajustar (do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT)
PMF	Plano de Manejo Florestal
PMGF	Programa de Melhoramento Genético Florestal
PSF	Programa de Sanidade Florestal
RISA	Relatório Interno Socioambiental
RL	Reserva Legal
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão
SSOMA	Segurança, saúde ocupacional e meio ambiente
SPC	Suzano Papel e Celulose SA
SRM	Sistema de Gestão de Relacionamento com Partes Interessadas
UC	Unidade de Conservação
UNF	Unidade de Negócio Florestal
UP	Unidade de Produção
USP	Universidade de São Paulo

## SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO

### 1.0 INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1 Informações de Registro do Certificado

##### 1.1.1. Informações gerais sobre a organização

<b>Nome da Empresa</b>	Suzano Papel e Celulose S.A., UNF Maranhão, Núcleo de Cidelândia.
<b>Histórico da Empresa</b>	<p>Em janeiro de 1924, o imigrante Sr. Leon Feffer registrava na junta comercial do Estado de São Paulo a Leon Feffer &amp; Cia, que viria a se tornar mais tarde a Suzano Papel e Celulose. Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, surgiu a primeira Unidade Industrial, a Fábrica A no bairro do Ipiranga em São Paulo - SP. Em 1946, já colhendo bons frutos da fábrica, o Sr. Leon mudou o nome da empresa para Indústria de Papel Leon Feffer. No final dos anos 40, Max Feffer, o primogênito de Leon Feffer, que estudava música nos Estados Unidos, voltou ao Brasil para assumir a função de Vice-Presidente Executivo na Indústria. Uma grande preocupação naquela época era a dependência da celulose importada para a fabricação do papel. Nos anos 50, buscando alternativas à celulose importada, a Suzano foi a pioneira na produção 100% de celulose de eucalipto. A nova produção iniciou-se no moderno parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, com 240.000 m<sup>2</sup>, estrategicamente localizado entre antigos plantios de eucalipto e próximo do principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. O nome da empresa foi mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose, que na época produzia cerca de 25 ton/dia de celulose de eucalipto.</p> <p>Em 1985 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose Joint Venture, em Mucuri – Bahia, formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava a implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil ton/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil ton/ano. Assim, a implantação da nova unidade industrial teve início em 1985 e seu “startup” ocorreu em março de 1992.</p> <p>Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose. Com a iniciativa, as duas empresas do Grupo, juntas, passaram a ter uma capacidade de produção de 1,2 milhões de toneladas de produtos por ano.</p> <p>Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo dessa forma a transparência nas operações e a qualidade da prestação de contas aos acionistas.</p> <p>Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), “Projeto Mucuri” para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas. E em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose,</p>

	<p>passando da produção de 1,35 milhão de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose. Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantin, com o nome Conpacel. Em dezembro de 2010, a Suzano passou a deter todo o controle da Conpacel, com um fábrica que tem a capacidade produtiva de 390 mil toneladas anuais de papel, e aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose.</p> <p>Em 2008, a Suzano – Papel e Celulose S.A., anunciou o seu plano de expansão com a construção de duas novas plantas industriais, uma no Maranhão, outra no Piauí. No Maranhão assinou com o governo um protocolo de compromissos para construção da fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013. O empreendimento em fase final de construção envolve a implantação da base de florestal (MA e TO) com o plantio de floresta de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhões de toneladas de celulose, com investimento da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Visando o abastecimento dessa unidade fabril a empresa adquiriu áreas florestais da Vale S.A (ferro gusa), objeto dos escopo da certificação CERFLOR.</p>		
<b>Pessoa de contato</b>	Hermes Queiros Rocha		
<b>Endereço</b>	Avenida Newton Bello, Estrada do Arroz, km 13– CEP: 65.900-000 – Imperatriz / Maranhão	<b>Telefone</b>	11 3503-9000
		<b>Fax</b>	-
		<b>e-mail</b>	<a href="mailto:hermesrocha@suzano.com.br">hermesrocha@suzano.com.br</a>
		<b>Website</b>	<a href="http://www.suzano.com.br">www.suzano.com.br</a>

### 1.1.2 Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas
	<input type="checkbox"/> Grupo	
EMF de pequena escala ( <i>se aplicável</i> )	<input type="checkbox"/> Certificado de Pequeno Porte	<input type="checkbox"/> Certificado de Baixa Intensidade
	<input type="checkbox"/> Certificado de Grupo de Pequena Escala	
Membros de Grupo ( <i>se aplicável</i> )	NA	
Numero de UMFs no escopo do certificado	01	
Localização Geográfica das UMFs	Latitude & Longitude: 47°43'31,947" W 5°20'32,683" S	
<b>Área florestal total no escopo da certificação de manejo:</b>	<b>Unidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ha ou <input type="checkbox"/> ac
<b>Manejo privado</b>	71.745,15	
<b>Manejo estatal</b>	0	
<b>Manejo comunitário</b>	0	
<b>Divisão da UMF em unidades manejáveis:</b>		
As unidades de áreas manejáveis da UMF são as fazendas. Estas, por sua vez, são divididas em talhões, denominados de UP (Unidades de Produção), onde ocorrem as operações.		

**Quadro 1.1.2 - Lista das propriedades (Fazendas e Blocos de Fazendas) no escopo de certificação**

Nome da Fazenda	Área produtiva (ha)	Área de Conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Área total (ha)
Monte Líbano	3.416,12	2.863,48	349,66	6.629,26
São Bento	4.644,42	7.005,56	179,58	11.829,56
Itabaiana	281,02	1812,69	5,23	2.098,94
Itaparica	621,66	535,49	23,42	1.180,57
São José III	380,73	820,41	25,2	1.226,34
Chapada Grande	850,15	2298,21	66,51	3.214,87
Monte Alegre	631,47	529,58	68,25	1.229,30
Bloco Boa Esperança	3.779,92	5.832,67	277,07	9.889,66
São Paulo	147,06	173,84	8,68	329,58
Boa Fé	428,73	521,13	24,59	974,45
Verão Vermelho	202,93	380,41	29,2	612,54
Planalto	334,67	306,65	18,5	659,82
Chácara São Bento	0	39,3	3,21	42,51
Santa Maria	1.276,09	2.479,54	161,99	3.917,62
Serra Branca	9,47	282,22	1,08	292,77
São João	125,17	538,72	7,6	671,49
Bloco Jurema	11.281,72	11.063,65	787,09	23.132,46
Capixaba	156,97	165,87	9,39	332,23
Boa Vista III	70,10	25,32	4,34	99,76
Pioneira	304,55	356,52	17,72	678,79
Boa Esperança III	1.054,76	548,12	51,90	1.654,78
Campo Alegre	269,73	92,94	13,19	375,86
São Lourenço	129,12	12,8	5,79	147,71
São Lucas	400,48	101,68	22,12	524,28
<b>TOTAL</b>	<b>30.797,04</b>	<b>38.786,80</b>	<b>2.161,31</b>	<b>71.745,15</b>

## 1.2 Dados do manejo florestal

### 1.2.1 Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	30.797,04
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)
Manejo equiâneo	30.797,04
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso )	
Sob cobertura	
Outro:	
Manejo multiâneo	
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	

<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.): Infraestrutura	2.161,31
Taxa sustentável de colheita (normalmente o AAC onde for disponível) de Madeira comercial (metros cúbicos de tora).	1.171 mil m <sup>3</sup> / ano
<b>Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)</b>	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	0
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	0
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	0
<b>Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:</b>	
As estimativas de colheita são obtidas através de dados de inventário florestal contínuo (IFC), conduzido pela empresa, a partir do segundo ano de implantação da floresta. O IFC gera informações quantitativas e qualitativas dos povoamentos florestais, utilizando-se técnicas de amostragens e ferramentas de estatística. Essas informações são utilizadas para o planejamento florestal de curto, médio e longo prazo. A base florestal da Suzano Maranhão é hoje composta por florestas adquiridas de terceiros (em diferentes idades) que estão localizadas na região de Cidelândia (integrada no escopo desta certificação Cerflor) e por novas áreas que foram adquiridas na região de Porto Franco e no estado do Tocantins. Estas duas últimas estão fora do escopo desta certificação, mas, contribuirão para o abastecimento industrial da Suzano Maranhão. A projeção de produção volumétrica (Inventário Pré Corte - IPC), no ciclo previsto de 7 anos, para o Núcleo Cidelândia é de 8,2 milhões de m <sup>3</sup> , perfazendo essa média de 1.171 mil m <sup>3</sup> / ano. Em 2013, o Núcleo de Cidelândia possui um volume IPC disponível para corte de 1.744 mil m <sup>3</sup> de madeira e deverá colher 1.349 mil m <sup>3</sup> de madeira.	
<b>Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).</b>	
<i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

### 1.2.2 Espécies e Produtos

<b>Produtos de madeira</b>	
<b>Nome do Produto</b>	<b>Espécies</b>
Toras	<i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .
Madeira para energia - toretes	Todas mencionadas acima.
<b>Produtos florestais não madeireiros</b>	
<b>Nome do Produto</b>	<b>Espécies</b>
Não aplicável.	

### 1.2.3 Áreas de Conservação

Área de terra com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para objetivos de conservação.	38.786,80 ha
---	--------------

### 1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.
---

<input checked="" type="checkbox"/>	O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.				
<input type="checkbox"/>	O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.				
<b>Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão:</b>	Foi excluído do escopo da certificação a área do viveiro de mudas localizado na fazenda Boa Fé (arrendada em regime de comodato, com área de 5,81 ha), que no momento encontra-se desativado. Também está fora do escopo de certificação o Bloco Eldorado (12.315,33 ha), devido à renegociação da área com a Vale S.A.. As áreas da empresa localizadas nas Regiões de Urbano Santos (129.073,74 ha) e Porto Franco (65.443,42 ha) não foram incluídas no processo de avaliação por não fazerem parte, no momento, do abastecimento da fábrica. Entretanto, a certificação dessas áreas está no planejamento da empresa de médio prazo.				
<b>Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:</b>	Foi desenvolvida metodologia documentada para assegurar a rastreabilidade do produto certificado desde a colheita até a sua deposição na mesa dos picadores, na fábrica, por meio de identificação (física e digital) e segregação, de modo a assegurar a não contaminação com produto não certificado e assim viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo.				
<b>Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais fora do escopo da certificação:</b>					
Núcleo	Nome da Fazenda ou Talhão	Município	Estado	Área Plantada (ha)	Área Total (ha)
IM1	Aldeia	São Pedro dos Crentes	MA	114,56	208,78
IM1	Alegria	Sítio Novo	MA	360,29	799,31
IM1	Alto Bonito	Estreito	MA	355,09	787,04
TE2	Alto do Coqueiro e Sobradinho	Parnarama	MA	50,00	1.560,88
IM1	Anaja	Estreito	MA	144,07	272,02
IM2	Araguari e Barreiro	Araguatins	TO	254,34	518,67
IM1	Bacaba	Estreito	MA	476,4	1.010,74
IM1	Bacabal	Sítio Novo	MA	111,33	225,06
IM1	Bacabinha	Estreito	MA	507,94	834,27
US1	Baixão da Coceira	Santa Quitéria do Maranhão	MA	0	67,83
US1	Baixão da Coceira II	Santa Quitéria do Maranhão	MA	101,10	133,82
US1	Barra da Campineira II	Santa Quitéria do Maranhão	MA	212,45	303,15
TE2	Barreiros	Matões	MA	50,00	1.707,59
US1	Belo Jardim	Santa Quitéria do Maranhão	MA	0,04	97,15
US1	Bentivi	Milagres do Maranhão	MA	0,66	158,16
IM3	Bloco Eldorado	Imperatriz	MA	4.329,76	12.315,33
IM1	Bloco Grota	Estreito	MA	488,52	862,69
IM3	Boa Fé – Viveiro de mudas	Cidelândia	MA	0	5,81
US1	Boa União	Santa Quitéria do	MA	0,073	3.243,91

		Maranhão			
IM1	Boa Vista	Sítio Novo	MA	473,69	1.232,52
IM1	Bonito I	Grajaú	MA	147,03	243,75
IM1	Bonito II	Grajaú	MA	394,52	1.327,69
US1	Buriti Seco	Santa Quitéria do Maranhão	MA	229,78	376,8
US1	Buritizinho I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	51,90	52,96
TE2	Cabeceira do Veríssimo	Timon	MA	50,00	344,01
IM1	Cabeceira dos Três Morros	Estreito	MA	32,48	59,85
TE2	Caju	São Francisco do Maranhão	MA	50,01	338,41
IM1	California	São Pedro dos Crentes	MA	530,63	1.009,45
US1	Campineira	Santa Quitéria do Maranhão	MA	82,83	217,16
US1	Campineira I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	54,53	70,13
TE2	Canabrava I	Parnarama	MA	5.293,19	8.194,7
TE2	Canabrava II	Parnarama	MA	1.372,36	1.579,38
TE2	Canoa	São Francisco do Maranhão	MA	50,01	813,92
US1	Capão	Urbano Santos	MA	416,73	638,74
US1	Capão III	Santa Quitéria do Maranhão	MA	72,25	89,84
US1	Capão IV	Santa Quitéria do Maranhão	MA	61,02	68,97
TE2	Caraíbas	São Francisco do Maranhão	MA	50,00	5.129,38
IM1	Caraíba Velha	Feira Nova do Maranhão	MA	99,51	205,68
TE2	Castiça	Matões	MA	4.930,49	8.945,84
IM1	Catingueiro	Feira Nova do Maranhão	MA	1700,36	3.348,82
US1	Centro Grande	São Benedito do Rio Preto	MA	10,06	743,67
IM2	Cerradão	Palmeiras do Tocantins	TO	516,88	1.356,6
US1	Cocalzinho	São Benedito do Rio Preto	MA	813,12	1.417,24
US1	Coceira	Santa Quitéria do Maranhão	MA	271,60	547,97
US1	Coceira III	Santa Quitéria do Maranhão	MA	78,65	79,48
US1	Cond Todos os Santos e Juçaral	Urbano Santos	MA	121,13	135,98
US1	Condomínio Água Branca	Santa Quitéria do Maranhão	MA	891,44	1454,4
US1	Condomínio Água Fria	Santa Quitéria do	MA	334,93	1.521,06

		Maranhão			
US1	Condomínio Araras	Milagres do Maranhão	MA	370,82	520,93
US1	Condomínio Barra da Onça	Santana do Maranhão	MA	230,85	355,44
US1	Condomínio Barra da Onça	Santa Quitéria do Maranhão	MA	1.221,75	1.972,77
US1	Condomínio Barroco de Cima	Santa Quitéria do Maranhão	MA	395,54	555,08
US1	Condomínio Boa União	Santa Quitéria do Maranhão	MA	1.451,94	2.274,81
US1	Condomínio Bonfim	Santa Quitéria do Maranhão	MA	6.278,70	11.013,95
US1	Condomínio Buriti e Macajuba	São Benedito do Rio Preto	MA	684,24	1.491,3
US1	Condomínio Conrado	Anapurus	MA	120,36	366,96
US1	Condomínio Conrado	Santa Quitéria do Maranhão	MA	232,13	392,56
US1	Condomínio Custódio	Urbano Santos	MA	375,53	596,3
US1	Condomínio Filadélfia	Santa Quitéria do Maranhão	MA	4.967,91	7.396,91
US1	Condomínio Marflora	Santa Quitéria do Maranhão	MA	124,01	183,94
US1	Condomínio Marflora I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	17,34	25,9
US1	Condomínio Marflora I	Urbano Santos	MA	524,23	895,03
US1	Condomínio Marflora II	Anapurus	MA	238,75	415,4
US1	Condomínio Margusa e Margusa	Anapurus	MA	145,14	209,2
US1	Condomínio Sobreiro	Santa Quitéria do Maranhão	MA	1.994,53	3.628,12
US1	Condomínio Todos os Santos e J	Urbano Santos	MA	218,40	270,93
US1	Condomínio Vereda	Anapurus	MA	1.371,90	2.208,58
US1	CONTRATO 152	Santa Quitéria do Maranhão	MA	78,04	82,31
IM1	Corrente e Mutum	São João do Paraíso	MA	5,21	336,53
IM2	Cristalina e Nova	Araguatins	TO	202,00	549,9
US1	Cupim da Pedra	Anapurus	MA	458,29	670,32
US1	Custódio II	Urbano Santos	MA	0,12	86,96
IM1	Dois Irmãos	Estreito	MA	425,73	1.784,98
TE2	Engenho/Buritizinho	São Francisco do Maranhão	MA	50,00	977,96
IM1	Extrema	Ricachão	MA	554,53	1.692,83
IM1	Extrema e Canto do Mato	São João do Paraíso	MA	224,99	509,57
US1	Facão	Santa Quitéria do	MA	1.175,67	1.770,89

		Maranhão			
IM1	Fartura	Estreito	MA	153,58	287,02
US1	Faz Facão I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	69,33	96,48
TE2	FAZENDA BOA ESPERANÇA	São João do Soter	MA	488,02	747,37
TE2	FAZENDA CARAIBAS	Caxias	MA	547,96	1.622,11
IM1	Fazendinha	Sítio Novo	MA	344,34	804,05
IM1	Garca Branca	São João do Paraíso	MA	141,88	246,26
EM1	GUABIRABA I	Anapurus	MA	215,92	288,06
EM1	GUABIRABA II	Anapurus	MA	199,97	302,14
IM1	Guarazinho	São Pedro dos Crentes	MA	2.629,91	4.548,45
US1	Jibóia	Milagres do Maranhão	MA	1,15	151,89
US1	Juçaral	Urbano Santos	MA	282,50	455,62
IM1	Lajeado	Sítio Novo	MA	124,84	283,94
US1	Laranjeira	Urbano Santos	MA	374,50	628,31
IM2	Leonam	Riachinho	TO	343,79	771,69
IM1	Logradouro I	São João do Paraíso	MA	100,02	165,18
IM1	Logradouro II	São João do Paraíso	MA	24,68	67,78
IM2	MAAB_A	Angico	TO	508,79	1.685,96
IM2	MAAB_B	Riachinho	TO	547,00	1.018,38
IM2	MAAB_C	Ananás	TO	738,71	1.240,76
IM1	Mangueira	São João do Paraíso	MA	225,14	482,45
US1	Marflora	Milagres do Maranhão	MA	1,56	1.593,13
US1	Marflora	Santa Quitéria do Maranhão	MA	89,08	89,08
US1	Margusa	Anapurus	MA	1,32	197,82
US1	Margusa	Santa Quitéria do Maranhão	MA	2.306,53	3.303,37
US1	Margusa I	Anapurus	MA	106,11	151,09
IM1	Miarim	Estreito	MA	1.128,51	2.123,68
US1	Monte Azul I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	14,31	2.554,04
US1	Morada Nova	Santa Quitéria do Maranhão	MA	244,47	332,52
IM1	Morro Alegre	Estreito	MA	38,39	127,67
US1	MUCURA III P III	Anapurus	MA	243,60	377,95
IM2	Muquem e Riachinho	Palmeiras do tocantins	TO	639,18	1.194,95
TE2	Novo Maranhão/Normasa	Parnarama	MA	5.793,71	8.260,35
IM1	Novo Recanto	São João do Paraíso	MA	285,92	693,49
IM1	Paciencia	São João do Paraíso	MA	24,68	44,6
TE2	Padre Bento II	São Francisco do Maranhão	MA	50,00	351,46
IM1	Palmares	São João do Paraíso	MA	554,53	1.057,46
TE2	Pão de Açúcar	São Francisco do	MA	50,01	769,76

		Maranhão			
IM1	Paraiso I	Porto Franco	MA	259,79	505,53
US1	Pedra Grande	Urbano Santos	MA	97,88	187,88
US1	Pesquisa	Urbano Santos	MA	114,76	220,48
IM1	Pitanga do Maranhão	Estreito	MA	243,41	438,42
IM1	Pratinha	Ricachão	MA	336,27	691,86
IM3	Principio	Gov. Edson Lobão	MA	110,35	208,62
IM1	Rancho Alegre do Parana	Grajaú	MA	565,95	779,4
EM1	RIACHÃO	Chapadinha	MA	331,38	2.841,13
IM1	Santa Luzia	Sítio Novo	MA	82,09	238,54
US1	Santa Rosa	Mata Roma	MA	580,86	1.840,26
US1	Santa Rosa e Marçal	Urbano Santos	MA	759,89	1.137,68
IM1	Santa Rosa I	Estreito	MA	28,03	536,78
IM1	Santa Rosa II	Estreito	MA	83,87	943,98
EM1	SANTO ANJO	Chapadinha	MA	2.188,00	8.463,96
TE2	São Bento	Parnarama	MA	50,00	692,8
US1	São Carlos	Anapurus	MA	7,73	192,77
US1	São Domingos	Anapurus	MA	0	196,71
IM1	São Francisco I e Caboré	Sítio Novo	MA	366,95	624,22
IM1	São Francisco II e Queiroz	Sítio Novo	MA	910,96	1.616,94
TE2	São Gonçalo	Matões	MA	50,00	484,75
IM1	São João Batista	Estreito	MA	55,00	125,43
US1	São José	Santa Quitéria do Maranhão	MA	287,57	365,96
TE2	São Lourenço	Timon	MA	50,00	551,44
TE2	São Marcos III	São Francisco do Maranhão	MA	50,00	100,46
IM2	São Roque	Darcinópolis	TO	278,79	900,88
IM1	São Sebastião	Estreito	MA	573,70	1.171,19
IM1	Sapucaia	Estreito	MA	441,05	1.072,13
TE2	Sapucaia	São Francisco do Maranhão	MA	77,47	3.676,16
IM3	Serra Branca	Imperatriz	MA	9,48	292,79
TE2	Serra do Caboclinho	São Francisco do Maranhão	MA	50,01	635,72
IM1	Serra do Olho d'Água	Estreito	MA	180,66	348,32
IM2	Sete Flechas	Darcinópolis	TO	654,96	1.097,27
TE2	Sipaúba	Codó	MA	824,52	1.499,97
TE2	Tabocal	São Francisco do Maranhão	MA	818,63	3.784,57
IM1	Taboleiro	Estreito	MA	602,31	1.273,27
IM1	Taboleiro do Meio	Feira Nova do Maranhão	MA	559,37	881,98
IM2	Tamboril	Angico	TO	1.709,42	4.325,17

IM1	Tapaciguara	Estreito	MA	130,01	286,63
IM2	Tobasa	Araguatins	TO	287,35	553,02
US1	Tuturubá I	Santa Quitéria do Maranhão	MA	67,17	68,3
TE2	Urubu	Timon	MA	50,00	724,65
IM1	Vale do Rio Feio	Estreito	MA	34,84	187,25
IM1	Vargem Bonita	Grajaú	MA	4.286,52	9.993,54
US1	Velha	Santa Quitéria do Maranhão	MA	394,99	539,18
IM1	Vertente	Sítio Novo	MA	142,16	329,74
US1	Vitorino	Anapurus	MA	1,85	201,28
<b>TOTAL</b>				<b>90.384,76</b>	<b>206.838,30</b>

#### 1.4 Informação Social

**Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado:**

nºtrabalhadores : 1695

#### 1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos

Nome comercial do pesticida/herbicida/fertilizante	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou L)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Razões para o uso
Dinagro-S	Sulfluramida	3.378,17	1.689,09	Formicida - Combate a Formigas cortadeiras
Scout	Glifosato	26.912,10	10.764,84	Herbicida – controle de ervas-daninhas pós-emergência
Fordor 750 WG	Isoxaflutol	248,05	1.378,06	Herbicida – controle de ervas-daninhas pré-emergência
Touchdown	Glifosato	8.989,96	2.996,65	Herbicida – controle de ervas-daninhas pós-emergência
Adubo NPK 20:00:00+1%B	Adubo Mineral	1.288.408	3.314,51	Correção de nutrientes no solo
Adubo NPK 00:00:54+1%B	Adubo Mineral	179.450	720,22	
Adubo NPK 10:20:10 +0,5%Cu+0,5%Zn	Adubo Mineral	125.200	1.081,97	
Adubo NPK 14:00:15+0,5%B#	Adubo Mineral	158.125	1.344,66	
Adubo NPK 00:15:08+0,3%B	Adubo Mineral	423.450	1.063,07	
Calcario Dolomítico PRNT > 95#	Calcário	2.763.609	1.402,84	Calagem e correção de Ca e Mg no solo

Stockosorb 500 Micro	Polímero (ácido acrílico, acrilamida e potássio).	216,00	207,51	Condicionador Solo
----------------------	---	--------	--------	--------------------

## 2.0 DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

### 2.1. Plano de Manejo Florestal

#### Objetivos do manejo:

Os objetivos declarados do manejo florestal da Suzano Maranhão – Unidade Cidelândia são:

- Produzir madeira para atender a demanda da futura unidade industrial do Maranhão com madeira de eucalipto em quantidade, qualidade, regularidade e baixo custo, garantindo a viabilidade econômica do empreendimento;
- Estimular a produção de madeira e de outros produtos para diferentes usos;
- Zelar e conservar as formações naturais representativas presentes nas áreas da empresa;
- Proporcionar condições adequadas de trabalho nas operações florestais;
- Promover o bem estar social, gerando e distribuindo riqueza e colaborando diretamente com as comunidades adjacentes, e
- Promover ações educativas e de estímulo para uma atuação responsável de seus colaboradores e da sociedade como um todo.

#### Composição da Floresta e a Razões para a Seleção de Espécies

O material genético original dos plantios adquiridos pela empresa foi implantado pela CELMAR, com base em pesquisas de introdução de espécies e procedências existentes na época (1980's) e definidos como adequados para fins de plantios comerciais na região da Açailândia e Imperatriz.

Hoje, a Suzano trabalha com uma estratégia de melhoramento composta da população base, da população de melhoramento, dos métodos para avaliar e selecionar árvores geneticamente superiores, dos métodos a serem utilizados na recombinação destas árvores para regenerar populações de melhoramento, que serão submetidas a ciclos repetidos de seleção e dos métodos de multiplicação para prover material genético melhorado em quantidade suficiente para plantios comerciais. A população base, estrategicamente trabalhada na SPC, envolve as seguintes espécies de *Eucalyptus* e seus híbridos: *E. grandis*, *E. urophylla*, *E. brassiana*, *E. tereticornis*, *E. pellita*, *E. longirostrata* e *E. platyphyla*. Outras espécies como, *E. smithii*, *E. globulus*, *E. camaldulesis*, *E. saligna* e *E. dunnii*, que contribuem com genes específicos para características comercialmente importantes.

A área de Melhoramento Genético da Suzano Papel e Celulose (SPC) tem como missão promover o aumento de produtividade florestal e industrial por meio dos projetos conduzidos no Programa de Melhoramento Genético Florestal (PMGF). O programa de melhoramento genético florestal tem interface com os Programas de Sanidade Florestal e Manejo Florestal. Busca obter materiais genéticos que apresentem ganhos de produtividade florestal, nas características da madeira desejáveis, na tolerância a fatores bióticos e abióticos. Nesse trabalho estão estabelecidas as linhas e projetos de pesquisa de curto e longo prazo, atendendo às necessidades atuais e futuras.

#### Descrição Geral e Sistema(s) de Manejo da Terra:

A Suzano adquire todas as mudas necessárias ao seu programa anual de plantio de fornecedores externos. Toda muda recebida é avaliada tecnicamente quanto a vigor e sanidade, em parâmetros pré-estabelecidos pelo corpo técnico da empresa. Todos os fornecedores de mudas são inscritos no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Muda) e produzem mudas atestadas geneticamente com os cultivares devidamente registrados no MAPA. As orientações e cuidados na produção de mudas

estão descritos no Procedimento PR-13.00076 – Produção de Mudas.

A fase de Silvicultura compreende um conjunto de atividades florestais que visam propiciar as melhores condições para que a muda se desenvolva, conforme procedimentos descritos na PR-13.000075 – Controle Operacional e Monitoramento da Qualidade do Plantio, Condução e Manutenção Silvicultural. A silvicultura envolve as atividades de: combate à formiga e controle químico pré-plantio da vegetação (mato-competição); correção de solo (calagem e/ou gessagem); subsolagem, coveamento manual ou semi-mecanizado; adubação de plantio, plantio, rega das mudas (se necessário) e replantio.

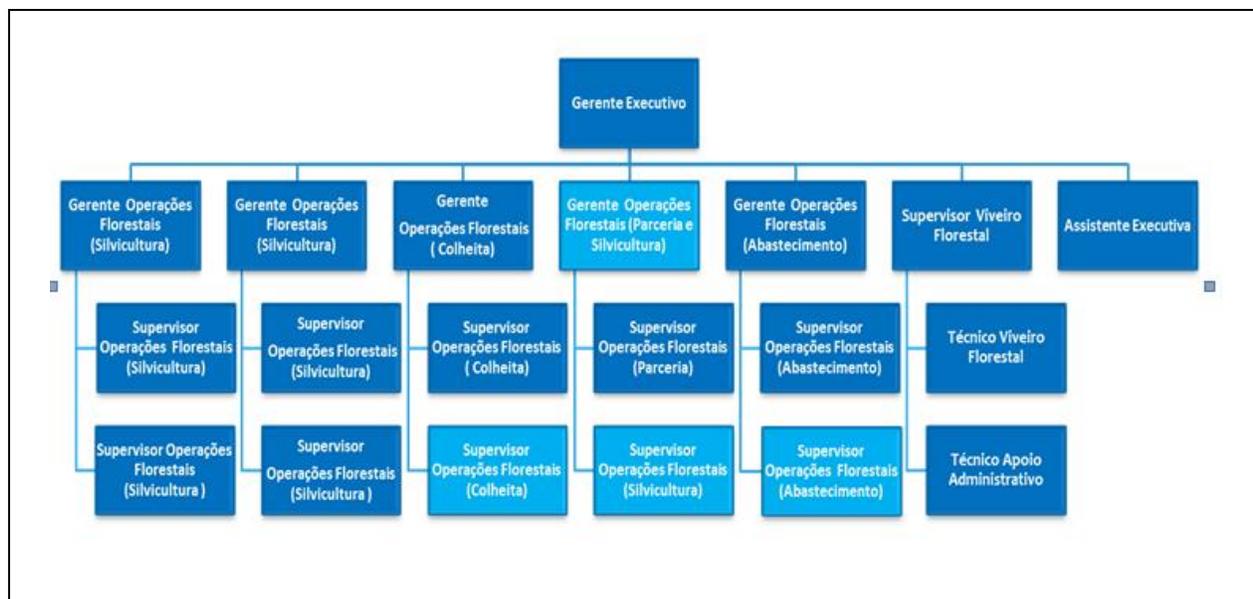
Após o plantio inicia-se a fase de Manutenção, conforme procedimentos descritos na *PR.13.00075 – Controle Operacional e Monitoramento da Qualidade do Plantio, Condução e Manutenção Silvicultural*. As atividades incluídas nessa fase são: Monitoramento e combate às pragas e doenças; Conservação de estradas e aceiros; Capina de manutenção; Adubação de cobertura e, Prevenção e combate a incêndios Florestais.

#### **Métodos de Colheita e Equipamentos usados:**

A operação de Colheita é realizada de acordo com o PR.13.00079 – Colheita Convencional e Mecanizada, que em sua seção 9 está explicitado o aproveitamento dos resíduos provenientes do processo de colheita. A operação de colheita consiste na derrubada, desgalhamento, traçamento e, opcionalmente, descascamento da árvore por meio de sistema mecanizado (harvester) e empilhamento executados por tratores autocarregáveis (forwarder). Estas operações são microplanejadas e a produtividade das máquinas está diretamente relacionada com a produtividade da floresta. Os resíduos da colheita podem ser comercializados com empresas regionais, as quais processam, enleiram e transportam o material para os consumidores finais para a geração de energia a partir de biomassa.

#### **Explicação da estrutura de manejo:**

A Unidade de Negócio Florestal (UNF) é responsável pela gestão florestal e a sua estrutura de gestão abrange a Gerência de Operações Florestais, que é responsável pelos processos principais do manejo que será desenvolvido no decorrer da implantação do projeto: produção de mudas (processo terceirizado), plantio, manutenção florestal, colheita e abastecimento. Os processos de apoio fazem parte da Gerência de Planejamento, Gerência de Novos Negócios, Gerência de Tecnologia Florestal que inclui a área de Biotecnologia, Gerência de Desenvolvimento Operacional que inclui as áreas de Saúde e Segurança Ocupacional - SSO e Treinamento Operacional e Gerência Socioambiental. A estrutura de gestão da UNF – Maranhão é abaixo indicada:



## 2.2. Contexto Socioeconômico

O Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 2010) de 0,639, comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas (0,631) na lista dos estados brasileiros. Açailândia é o município que possui o maior IDH-Municipal (0,769) e Buritirana o menor (0,547). Em relação ao Índice de Gini, com exceção de Imperatriz, a pobreza nos municípios de estudo encontra-se acima da média brasileira, com variação de 17% até 34%. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, e o maior número de crianças analfabetas, entre oito e nove anos de idade, segundo o IBGE. A população de grande parte do estado ainda sofre com problemas de saneamento básico e de desnutrição infantil. No Maranhão, incluindo vários dos municípios inseridos na área do projeto da Suzano, a lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são: arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Em alguns municípios já foram incorporadas novas tecnologias de cultivo, como o de arroz irrigado no município de Edson Lobão.

Parte da população rural desses municípios sobrevive do extrativismo vegetal, tendo como principais produtos o carvão vegetal, a lenha, a madeira em tora, o açaí e a amêndoa do coco babaçu.

Os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar representam 74,58% e nos municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão e São Pedro da Água Branca o percentual é superior a 80%. Por sua vez, os 25,42% dos estabelecimentos não familiares ocupam 73,34% da área total.

O PIB no Núcleo Cidelândia alcançou R\$ 3.950.989,00 em 2008, sendo que os municípios de Açailândia e Imperatriz concentram 88,79% do valor total.

## 2.3 Uso e Posse da Terra

A empresa adquiriu os ativos florestais Ferro Gusa Carajás (hoje denominado Núcleo Cidelândia), já implantados pela VALE S. A. Conforme apresentado no Quadro 1.1.2, a área total objeto do escopo de certificação corresponde a 71.745,17 hectares, sendo 30.594,66 ha de área produtiva (plantio de

eucalipto), 38.393,48 ha de áreas de conservação (APP e RL) e 2.150,50 ha de infraestrutura (estradas, aceiros, sedes, etc.

Todas as áreas estão georreferenciadas e possuem documentação legal de propriedade, conforme legislação federal (Lei 6.015/73; Lei 5.868/72; Lei 10.406/02 ) e respectivas taxas sobre propriedades (Lei Federal 9.393/96).

Não existem comunidades tradicionais com direitos costumeiros e/ou de posse e uso das terras, correspondentes às áreas da empresa, exceto o acesso livre aos babaçuais por comunidades de quebradeiras de coco babaçu, conforme legislação.

### 3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO

#### 3.1. Padrões utilizados

<b>Título</b>	<b>Versão</b>	<b>Data da Finalização</b>
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012

#### 3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

<b>Escopo da Acreditação</b>	A Sysflor Certificações de Manejo e Produtos Florestais Ltda. está acreditada pela CGCRE para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas NBR 14789:2012 e NBR 15789:2004, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.
<b>Histórico da Sysflor</b>	A Sysflor foi fundada em 2007 com o objetivo de dar continuidade aos projetos da SCS Global Services no Brasil na realização de avaliações independentes para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. Em parceria com a SCS também são realizadas verificações e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis e de cana-de-açúcar. Para essas avaliações, a Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil. Atualmente, a empresa conta com mais de 30 clientes de manejo florestal e mais de 80 clientes de cadeia de custódia. Recentemente, submeteu-se ao credenciamento junto ao CGCRE para realização de avaliações de manejo florestal, de acordo com os padrões do CERFLOR.
<b>Responsável pela Sysflor</b>	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
<b>Dados para Contato</b>	Avenida Senador Salgado filho, 1385 – Sala 114/116, Curitiba – Paraná – Brasil – CEP: 81510-000 Telefone e fax: 55 (41) 3344-5061 Email: <a href="mailto:vanilda.souza@Sysflor.com.br">vanilda.souza@Sysflor.com.br</a>

### 3.3. Cronograma e Equipe da Avaliação

#### 3.3.1 – Itinerário e Atividades de Avaliação

<b>Data: 08/07/2013</b>	
<b>UMF/ Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Escritório do EMF em Imperatriz/MA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião de abertura – apresentações da equipe de auditores e informações de atualização do cliente; informações dos padrões e protocolos da auditoria Cerflor;</li><li>• Confirmação das áreas (fazendas) integradas no escopo de certificação e das atividades florestais em realização no período da auditoria;</li><li>• Verificação de mapas (fazendas e comunidades); revisão da programação de auditoria, com o detalhamento das fazendas a serem inspecionadas e as comunidades a serem visitadas;</li><li>• Confirmação das reuniões públicas a serem realizadas (plano, locais, logística de transporte, material audiovisual disponível, etc.);</li><li>• Verificação de documentação: PMF, matriz de aspectos e impactos ambientais e sociais, procedimentos e normas de segurança do trabalho, registro de acidentes;</li><li>• Planos de ação para o tratamento dos passivos ambientais levantados;</li><li>• Análise da documentação fundiária das propriedades a serem inspecionadas;</li><li>• Verificação da documentação em atendimento à legislação (licenças ambientais, procedimentos gerais, documentos legais, política da empresa, programas, planejamento e controle);</li><li>• Áreas de relevante interesse ecológico; estudos de conversão de áreas nas fazendas a serem inspecionadas;</li><li>• Cadastro e planejamento florestal;</li><li>• Cadeia de custódia do manejo (identificação dos produtos CERFLOR).</li></ul>
Açailândia/MA (Câmara Municipal de Vereadores)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião pública</li></ul>
<b>Data: 09/07/2013</b>	
<b>UMF/ Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/ notas</b>
Fazenda Planalto	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificação das atividades de silvicultura: confecção de bacias (baciamento para irrigação das mudas após o plantio);</li><li>• Avaliação do estado de conservação de APP, RL e estradas;</li><li>• Entrevistas com responsáveis pelas atividades.</li></ul>
Fazenda Teimosa	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inspeção nas atividades de silvicultura (aplicação mecanizada)</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>de herbicida);</li> <li>• Verificação da verdade terrestre (APP, RL, Estradas, talhões de plantio, etc.).</li> <li>• Condições das estradas e plantios;</li> <li>• Entrevistas a colaboradores.</li> </ul>
Fazenda Monte Alegre (Gleba 63-C)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade de manutenção de estradas.</li> </ul>
Bloco Jurema	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspeção da atividade de colheita e baldeação de madeira;</li> <li>• Condições ambientais e de higiene do trabalho;</li> <li>• Uso de EPIs;</li> <li>• Verificação da verdade terrestre (APP, RL, Estradas, talhões de plantio, etc.);</li> <li>• Entrevistas a colaboradores.</li> </ul>
Fazenda Boa Fé	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspeção no depósito de agrotóxicos e instalações de recebimento de resíduos;</li> <li>• Procedimentos para manuseio e utilização de agrotóxicos;</li> <li>• Controles de devolução de embalagens e destinação final.</li> </ul>
Fazenda Primavera	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação da operação de colheita mecanizada;</li> <li>• Módulo de capacitação de operadores de máquinas;</li> <li>• Condições de trabalho;</li> <li>• Verificação da matriz de aspectos e impactos da atividade;</li> <li>• Programa de gerenciamento de resíduos - coleta, separação, armazenamento e destinação de resíduos sólidos e líquidos.</li> </ul>
Coquelândia - Estrada do Arroz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consulta pública nas comunidades, Agricultura comunitária, reforma de escolas, associação das quebradeiras de coco.</li> </ul>
Escritório em Imperatriz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação da documentação trabalhista: - registros RH (ASO e holerites, recolhimentos INSS e FGTS);</li> <li>• Programa de treinamentos;</li> <li>• Verificação dos canais de diálogo e tratamento de reclamações / demandas de partes interessadas.</li> </ul>
Cidelândia/MA (Câmara Municipal de Vereadores)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião pública</li> </ul>
Vila Nova dos Martírios (sede do CRAS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião pública em Vila Nova dos Martírios CRAS.</li> </ul>
<b>Data: 10/07/2013</b>	
<b>UMF / Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades / notas</b>
Fazenda Itaparica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspeção na atividades de roçada manual (pré-corte);</li> <li>• Adequação de estradas e plantios;</li> <li>• Verificação da verdade terrestre (APP, RL, Estradas, talhões de plantio, etc.);</li> <li>• Entrevistas a colaboradores.</li> </ul>
Escritório em Imperatriz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de documentação;</li> <li>• Análise do controle e histórico de aplicação de produtos químicos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento e controle de emissões gasosas;</li> <li>• Verificação de documentação legal de funcionários entrevistados;</li> <li>• Verificação de itens de preocupações públicas.</li> </ul>
Imperatriz/MA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério Público- 3ª promotoria especializada-Promotoria de Imperatriz</li> </ul>
<b>Data: 11/07/2013</b>	
<b>UMF / Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades / notas</b>
Escritório em Imperatriz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação dos trabalhos do setor de Gestão em Tecnologia Florestal: melhoramento genético, pacotes tecnológicos;</li> <li>• Registros e relatórios de monitoramento; registros de treinamentos;</li> <li>• Plano de gestão em segurança do trabalho - PPRA / PCMSO (próprio e EPS);</li> <li>• Registro de acidentes de trabalho e respectivas CAT;</li> <li>• Verificação de documentação legal de funcionários entrevistados (registros funcionais, recolhimentos INSS, FGTS, holerites, ASOs, etc.);</li> <li>• Consolidação das constatações e identificação de possíveis inconformidades;</li> <li>• Reunião de encerramento.</li> </ul>
<b>Data: 28/10/2013</b>	
<b>UMF / Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades / notas</b>
Fazendas – região de Vila Nova dos Martírios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação das operações de silvicultura, colheita, baldeio e transporte;</li> <li>• Verificação da verdade terrestre (APP, RL, Estradas, talhões de plantio, etc.);</li> <li>• Entrevistas a colaboradores.</li> </ul>
Escritório da empresa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise técnica do acidente;</li> <li>• Verificação das ações tomadas pela empresa após o acidente;</li> <li>• Verificação de documentos legais;</li> <li>• Revisão dos procedimentos e treinamentos;</li> <li>• Verificação das ações de assistência financeira e emocional da empresa aos envolvidos no acidente.</li> </ul>
<b>Data: 29/10/2013</b>	
<b>UMF / Localização/ sítios visitados</b>	<b>Atividades / notas</b>
Fazenda Itaparica e Fazenda São João III – região de Cidelândia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita ao local do acidente e às operações no campo;</li> </ul>
Escritório da empresa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação dos procedimentos operacionais e de combate a incêndios;</li> <li>• Revisão do PPRA / PCMSO da Suzano e das empresas prestadoras de serviço (Emflors, Emflora, Tracbel, etc.);</li> <li>• Verificação dos ASO.</li> </ul>

### 3.3.2 – Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	6
---	---

B. Número de auditores participantes na avaliação:	4
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	2
<b>D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:</b>	<b>18</b>
<b>Após a Auditoria de Certificação Fase 2 ocorreu um incêndio nas áreas de manejo do EMF, com isso foi agendada uma auditoria especial, onde estiveram presente dois auditores. Dessa forma, totalizou-se 14 dias de auditoria Fase 2 e 4 dias de auditoria especial.</b>	

### 3.3.3 – Equipe de Avaliação

<b>Nome do Auditor:</b>	Luciano Lisbão Junior	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor líder
<p>Qualificações: Engenheiro agrônomo, com especialização em Silvicultura e Florestas pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, da Universidade de São Paulo – USP, em 1973. Ph.D. em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University – NCSU em 1986. Gerente de Meio Ambiente Florestal da Aracruz Celulose, responsável pelo licenciamento, gestão e certificação ambiental e florestal da empresa, de 1995 a 2009. Chefe de Unidade e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos, nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Co-orientador de bancas examinadoras de oito teses de mestrado e doutorado em Engenharia Florestal da UFPr, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola da UF Viçosa, MG e Meteorologia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Consultor Ambiental das Empresas Fibria Celulose S.A, Brasilwood Reflorestamento e Palmyra Recursos Naturais e para a Certificação Bonsucro da Raízen. Atua desde julho 2010 como Auditor de Certificação Florestal para a Sysflor/SCS.</p>			
<b>Nome do Auditor:</b>	Vanilda Rosângela de Souza	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor
<p>Qualificações: Engenheira florestal formada pela USP, Mestre pela ESALQ/USP e Doutora pela UFPR na área de Tecnologia de Madeira. Com mais de vinte anos de experiência profissional, tem atuado como pesquisadora, consultora e prestadora de serviços para o setor privado no Brasil. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Atuou na área de colheita florestal. No setor ambiental realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programa de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando à melhoria da qualidade do produto final e à redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil através da empresa Sysflor, tendo participado como auditora de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e recertificação de unidades de manejo florestal, incluindo plantações florestais e florestas naturais, como também sistemas de cadeia de custódia dos mais diversificados produtos de madeira.</p>			
<b>Nome do Auditor:</b>	Lenir Aparecida Mainardes da Silva	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor
<p><b>Qualificações:</b> Assistente Social especialista em Metodologia da Ciência Habilitação Magistério Superior pela Universidade Bezerra de Menezes, Mestre e Doutora pela Universidade Católica de São Paulo-PUC, Pós-Doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolvendo “Estudo sobre os Direitos Fundamentais e Proteção Social relacionados à Saúde do Trabalhador no contexto do Manejo Florestal”. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora</p>			

colaboradora no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente em Políticas Públicas, Trabalho e Assistência Social. Designada Chefe da Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal da Política de Assistência Social - CGM a partir de 01/04/2004. Coordenadora de Apoio à Gestão Municipal da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social. Membro Titular da Comissão Intergestora Bipartite. Presidente da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

<b>Nome do Auditor:</b>	Francisco Carvalho	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor
-------------------------	--------------------	---------------------------	---------

**Qualificações:** Técnico agrícola pela Escola Técnica de Agricultura, Viamão, RS e Técnico de Segurança do Trabalho pela FEJARI, Monte Dourado, PA. Possui grande experiência em saúde e segurança no trabalho, atuando a mais de quinze anos como consultor de empresas do setor florestal na implementação de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional para atendimento aos requerimentos Cerflor e FSC.

### 3.4. Avaliação do Sistema de Manejo

#### 3.4.1 - Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal para a certificação CERFLOR compreende as seguintes etapas:

- *Planejamento inicial da auditoria:* elaboração do plano de auditoria, seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e determinação da amostragem para certificados multi-site;
- *Avaliação documental:* é conduzida uma análise crítica da documentação da empresa quanto ao atendimento do CERFLOR;
- *Planejamento e realização de consulta pública e de reuniões públicas:* determinação de lista de partes interessadas, envio de carta consulta e agendamento de reunião pública na região de atuação da empresa;
- *Avaliações de campo:* nas inspeções de campo a equipe de auditores verifica o atendimento do CERFLOR nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF;
- *Elaboração do relatório:* após a conclusão da auditoria a equipe de auditores elabora o relatório da avaliação listando todas as constatações observadas;
- *Emissão e publicação do relatório de auditoria:* um sumário público do relatório é disponibilizado ao público para consulta;
- *Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (se aplicável):* dependendo da situação podem ser requeridas auditorias complementares ou de verificação de atendimento às não conformidades;
- *Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação:* após a finalização do processo a Comissão de Certificação aprecia o processo e recomenda a certificação ou não do EMF à Sysflor;
- *Emissão de relatório final e decisão da certificação:* após a avaliação de ações corretivas (se aplicável) e demais questões pertinentes o relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor.

#### 3.4.2 - Metodologia e estratégias empregadas

A Sysflor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do CERFLOR. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. No último dia de uma avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas, e dos documentos e registros revisados.

### 3.5. Processo de Consulta às Partes Interessadas\*

De acordo com os protocolos da Sysflor, consulta às partes interessadas foi um componente integral do processo de avaliação. Essas consultas foram realizadas antes, simultaneamente e após a avaliação em campo. Essas consultas visam levantar informações sobre os pontos fortes e fracos do manejo do EMF relativo ao padrão e sobre a natureza da interação entre a empresa e as comunidades vizinhas.

Grupos principais de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base na lista das partes interessadas apresentada pelo EMF e pesquisa adicional por parte do OCF, conforme listados no quadro 3.5.1.

#### 3.5.1 - Grupos de Partes Interessadas consultadas durante a avaliação.

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Arrendatários
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Membros e/ou representantes das comunidades pertinentes
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Grupos e organizações de indústrias florestais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Pessoal de agências reguladoras local, estadual e federal
Outros grupos relevantes

As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos Padrões Cerflor. Uma carta consulta, acompanhada de um questionário, foi enviada às partes interessadas, por meio de correio físico e eletrônico, notificando-os da auditoria e solicitando comentários. A lista completa das partes interessadas contatadas e entrevistadas está mantida como registro na Sysflor e não está inserida neste relatório. Entretanto, esta lista das partes interessadas contatadas pode ser disponibilizada mediante solicitação.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da SYSFLOR estão descritas a seguir.

### 3.5.2 - Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe onde aplicáveis

Comentários das Partes Interessadas	Respostas da equipe de auditores da SYSFLOR
<b>Princípio 1 – Cumprimento da legislação</b>	
<p>A empresa está atendendo às cinco solicitações relacionadas a questões ambientais e sociais do Inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal?</p>	<p>Na área do escopo de certificação (Núcleo de Cidelândia – terras e plantios adquiridos pelo EMF junto à Vale Ferro Gusa), foi evidenciado que não há nenhum inquérito civil público (ICP) por parte do MPF. Todavia, verificou-se que há um inquérito civil público (01.19.001.000101.2010-23) para área de Porto Franco, que apura a regularidade do licenciamento do empreendimento conhecido como Polo Porto Franco, que se trata de uma área fora do escopo de certificação. Este ICP originou uma ação civil pública (ACP), recentemente apreciada pelo juiz federal que, em sede preliminar, determinou que a Suzano realize, no prazo de 120 dias, audiências públicas nos municípios de Riachão e Grajaú, bem como que o EMF, em conjunto com a SEMA, realize a oitiva dos seguintes povos indígenas: Krikati, Governador, Araribóia, Morro Branco, Urucu-Jurú e Bacurizinho. Os mapas e o PMF detalham as fazendas dentro e fora do escopo (como o bloco Eldorado e o viveiro). Vide item 5.1. Escopo, páginas 51 a 53 do PMF.</p> <p>Foi evidenciado que Suzano está tomando todas as medidas necessárias ao cumprimento dessas determinações. Não obstante, em conjunto com o MPF, o EMF suspendeu a tramitação da referida ACP, a fim de possibilitar um acordo conciliatório para encerrar os ICP e a ACP. Todas as questões mencionadas no ICP e ACP foram checadas durante a auditoria.</p>
<p>Na Fazenda Jurema há uma área de conflito que poderia ser resolvida com mais apoio à agricultura.</p>	<p>Foi evidenciado pelos auditores que a empresa tem apoiado e implementado projetos agrícolas. Desde que a empresa iniciou suas atividades nesta propriedade (dez/2011), as equipes de Sustentabilidade e Silvicultura, iniciaram a implantação do Projeto Agricultura Comunitária. Para isso, a empresa estimula a revitalização da Associação de Pequenos Produtores de Vila Nova dos Martírios, que estava desativada há mais de 5 anos.</p> <p>O Projeto Agricultura Comunitária foi implantado numa parceria entre a empresa e a Associação de Agricultores, com a cessão de comodato de 13 ha de área da Suzano. A Suzano auxiliou também na limpeza e preparo do solo, doação de sementes e assistência técnica.</p> <p>Na primeira safra trabalharam na área 20 agricultores. A produção chegou a 31,9 toneladas de grãos. Para segunda safra, a área cedida aumentou para 24 ha, o que possibilitou inserir mais 20 agricultores no projeto, totalizando 40.</p>
<b>Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade</b>	
<p>A Suzano se propôs a implantar</p>	<p>Foi verificado que a Suzano possui um procedimento de aquisição</p>

<p>suas fazendas de eucaliptos em áreas já desmatadas no estado do Maranhão, sendo esta proposição bem vista aos olhos de gestores ambientais, uma vez que reduziria o custo de recuperação áreas de pastagens ou degradadas, além de contribuir para o sequestro de carbono e minimização dos efeitos do aquecimento. Espera-se que esta proposição torne-se ação efetiva.</p>	<p>de novas áreas PR.13.00004, PPG para Arrendamento de Terras e procedimentos para implantações e manutenções de plantações florestais, que leva em consideração as questões socioambientais implicadas, tendo como política implantar os povoamentos apenas em áreas abertas, não realizando conversão de florestas nativas para plantadas. Além disso, todas as suas atividades são submetidas a processos completos de licenciamento e autorizações, com EIA/RIMA e PBA incluídos, conforme exigência legal. Estes critérios englobam recuperação de áreas degradadas, averbação de reservas e conservação de APP, estágio sucessional da vegetação nativa e toda e qualquer habilitação de área para plantio é realizada com base em licenças e supervisão dos órgãos competentes responsáveis.</p> <p>No caso específico das áreas que perfazem o escopo de certificação do núcleo de Cidelândia, elas foram adquiridas pelo EMF junto à Vale Ferro Gusa - ou à Floresta Rio Doce, logo já foram devidamente implantadas e licenciadas há anos, cabendo doravante à Suzano, dar prosseguimento aos processos de silvicultura, de colheita e de reforma, de acordo com as condicionantes de licença ambiental, agora já em nome da Suzano.</p>
<p>A empresa permite a atividade extrativista de açaí, cupuaçu, babaçu, castanha e bacuri, favorecendo o costume local.</p>	<p>A redução de madeira nativa na região (ou o aumento de fiscalizações do governo contra o desmatamento ilegal), bem como a demanda crescente de biomassa para queima (produção de carvão) fez com que os babaçuais fossem vistos pelos proprietários rurais da região como mais uma importante fonte de renda, isso faz com que o acesso ao coco babaçu hoje pelas quebradeiras nas propriedades rurais seja extremamente limitado (coco preso). Na auditoria, verificou-se que a presença do Projeto Suzano chegou como um importante parceiro para as extrativistas sobre esta realidade, pois (i) além de ter uma grande concentração de babaçuais protegidos em áreas de reserva legal; (ii) garante o acesso das quebradeiras às áreas de coleta também conhecidas como áreas coletivas (em acordo ao determinado em lei municipal e por vezes descumprida por proprietários da região); (iii) fortalece a organização comunitária e a geração de renda com a implantação de unidades de beneficiamento de óleo e de mesocarpo em parceria com o Governo Federal (ICMBio).</p> <p>Verificou-se que a maior ocorrência de babaçuais não acontece em matas ciliares, mas o acesso aos babaçuais pelas Quebradeiras de Coco Babaçu é garantido pela Suzano, seja em áreas de preservação permanente ou em áreas de reserva legal.</p> <p>Onde a quebra de coco de babaçu é detectada, o projeto de extrativismo sustentável é priorizado, conforme ocorre para as comunidades de Petrolina e de Coquelândia, para as quais a Suzano fornece apoio para o desenvolvimento do extrativismo vegetal e</p>

	<p>demais sistemas produtivos da agricultura familiar, proporcionando a estes grupos familiares, em especial, aos povos e comunidades tradicionais, assistência técnica, capacitação e estruturação para incremento da produção e da renda proveniente destas atividades.</p> <p>Cabe enfatizar que a quase totalidade do coco coletado por essas quebraadeiras ocorre no interior das fazendas da Suzano, para as quais elas têm acesso na forma da lei (Lei do babaçu livre), com assistência técnica da Suzano.</p>
<b>Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica</b>	
<p>A empresa conserva o meio ambiente, animais silvestres, não desmata, não caça e respeita os vizinhos.</p>	<p>A Suzano, Unidade de Cidelândia, possui cerca de 60% da área de suas propriedades destinadas à conservação / preservação, composta por áreas de reserva legal e de preservação permanente, incluindo também as áreas de alto valor de conservação – AAVC.</p> <p>A empresa possui o procedimento PRAD PPG.01.573 - Restauração de áreas alteradas, com o qual realiza a avaliação das áreas de vegetação natural em suas propriedades e emprega ações de manejo florestal visando a conservação e a restauração de seus remanescentes naturais.</p> <p>Durante a auditoria foram evidenciados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nas entradas das fazendas e proximidades das áreas de conservação há placas indicativas indicando a proibição de caça e pesca, retirada de madeira e incêndios florestais;</li> <li>2. Existência de vigilância patrimonial motorizada;</li> <li>3. Existência de procedimento de registro das ocorrências de ações não autorizadas (caça, pesca, animais nas fazendas, roubo de madeira e atear fogo).</li> </ol>
<b>Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar</b>	
<p>O uso indiscriminado de agrotóxico está levando à contaminação do solo e recursos hídricos.</p>	<p>Os pesticidas usados pela empresa são autorizados para uso florestal. A aquisição é feita mediante prescrição de receituário agrônomo e as doses e formas de aplicação seguem as recomendações técnicas da bula do produto e das instituições de pesquisa. Adicionalmente, os produtos são registrados e autorizados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para o uso em eucalipto. A aplicação é feita por Empresas Prestadoras de Serviços (EPS) capacitadas para essa atividade. Os colaboradores das EPS são treinados e habilitados para exercerem a função de aplicação de agrotóxicos, conforme requerido pela NR-31.</p> <p>Durante a auditoria foram evidenciados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência de controle na aplicação / uso de produtos agrotóxicos: local de aplicação, área, quantidade e dosagem aplicada;</li> <li>2. Registros de treinamento de colaboradores na aplicação de agrotóxicos;</li> <li>3. Realização de exames periódicos que não indicam eventual contaminação do aplicador;</li> <li>4. Normas para a aplicação, treinamento e uso de EPI na aplicação de agrotóxicos;</li> <li>5. Procedimentos de atendimento a emergência ambiental;</li> </ol>

	<p>transporte de produtos com risco ambiental e programa de gerenciamento de resíduos, que controla e registra a geração desses resíduos, inclusive de embalagens de agrotóxicos. Nas entrevistas de campo realizadas nas frentes de trabalho aos ajudantes e tratoristas que realizam aplicação de agrotóxicos, foi constatado que essas pessoas possuem conhecimentos sobre o uso, cuidados com o meio ambiente e a segurança do trabalho com o uso desses produtos;</p> <p>6. Foi constatado que o monitoramento de recursos hídricos realizado no programa Hydros há análises químicas para a verificação eventual contaminação devido por produtos presentes em agrotóxicos como carbaril, fenóis, tolueno, xileno e glifosato. Nenhuma das análises realizadas em 2013 (meses Fev, Abr e Junho) indicou a presença desses contaminantes.</p>
<p>A empresa realiza coleta seletiva de todo o lixo gerado no manejo.</p>	<p>A empresa possui o procedimento PPG.13.00012 – Gerenciamento de Resíduos que inclui a identificação, classificação, transporte e disposição final. Durante a auditoria, nas inspeções de campo, foi verificada a infraestrutura existente para a gestão dos resíduos, bem como, o preparo dos trabalhadores florestais quanto ao conhecimento e uso das regras estabelecidas nesse citado procedimento.</p> <p>A ACIART recebe todas as embalagens vazias de agrotóxicos, que já chegam com a tríplice lavagem realizada, atendendo exigência federal. Outros resíduos são destinados a fornecedores devidamente licenciados para a correta destinação de produtos como: óleo usado, pneus e produtos contaminados com óleo e graxa. O lixo administrativo e lixo não reciclável são recolhidos pelas respectivas prefeituras.</p> <p>Toda geração de resíduos é controlada conforme planilha de Inventário de Resíduos e semestralmente informado à SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), via PBA (Programação Básico Ambiental) e ao IBAMA anualmente, via CTF – Cadastro Técnico Federal, de modo a atender condicionantes do licenciamento, conforme exigências legais.</p> <p>Esses controles são exigidos e monitorados em todos os prestadores de serviço e são exigidas as licenças ambientais das empresas para as quais os terceiros também enviam seus resíduos.</p>
<p><b>Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal</b></p>	
<p>Como a Suzano incentiva programas de capacitação local e projetos de agricultura familiar para minimizar os efeitos da perda de produção de alimentos (subsistência) locais, pelo impacto da monocultura do eucalipto?</p>	<p>O empreendimento de manejo florestal desenvolve projetos de agricultura comunitária, abrangendo as comunidades de São Félix, Olho da Água dos Martins, Varjão dos Crentes, Trecho Seco, Vila Nova dos Martírios – Assentamento Deus Proteja e São Pedro da Água Branca, onde são produzidos arroz, milho e mandioca. Esses projetos foram implementados a partir de um processo estruturado de avaliação de impactos sociais e de diálogos sociais sistemáticos descritos a seguir e no Plano de Manejo Florestal do empreendimento.</p>

	<p>Uma vez encontrada a vocação comunitária, depois de consideradas as oportunidades e os fatores limitantes ambientais, sociais e econômicos relativos às culturas a serem produzidas, a Suzano fornece, sistematicamente, capacitação técnica e organizacional, novas tecnologias de produção e acompanhamento técnico, para que as comunidades partícipes dos projetos melhorem a qualidade de vida de suas famílias e saiam da situação de subsistência.</p> <p>Os auditores visitaram projetos agrossustentáveis desenvolvidos com comunidades circunvizinhas à áreas dentro e fora do escopo de certificação, como, por exemplo, comunidade Deus Proteja e Marcelinho de Vila Nova dos Martírios (Unidade Cidelândia) e Comunidade Ingá, no município de Santa Quitéria do Maranhão (Baixo Parnaíba – Unidade de Urbano Santos).</p>
<p>Como a empresa tem colaborado para o desenvolvimento da economia local, especialmente após o início do projeto da fábrica de celulose?</p> <p>A empresa qualificou 216 operadores de máquinas florestais da região para a colheita de eucalipto.</p>	<p>A Suzano realizou estudos para entender o modo de vida e as relações sociais locais, e assim conhecer a realidade das comunidades. Com as informações dos indicadores oficiais sobre composição da renda, infraestrutura, educação e saúde da região (Baseline), aliado ao resultado de pesquisas (entrevistas/oficinas) referentes aos impactos e riscos sobre cadeias de valor, desenvolvimento social local e sobre proteção e acesso aos recursos naturais com os mais diversos protagonistas sociais, foi possível realizar o mapeamento e reconhecimento dos municípios com suas potencialidades e fragilidades. De posse dessas informações, o EMF definiu estratégias de relacionamento e de investimento social, evitando ações pontuais e inserindo-as numa agenda de desenvolvimento local, em sintonia com políticas municipais, estaduais e federais em andamento.</p> <p>Com os estudos realizados, a empresa percebeu que o aumento do nível de escolaridade e empregabilidade dos munícipes era um desafio histórico da região a ser superado, mas viu nisso também uma grande oportunidade de investimento (sobretudo com o interesse na mão de obra local). Tendo em vista a rede de instituições de ensino e de formação profissional já existente, idealizou e implantou em parceria com governo e demais empresas o CAPACITAR (5.493 formados) e o CAPACITAR serviços (734 formados, turmas em andamento), o primeiro com foco na formação de profissionais na área de construção civil e montagem industrial e o segundo direcionado à profissionalização na prestação de serviços em geral. Desta forma, gerou uma disponibilidade de profissionais qualificados para o mercado, contribuindo na formalização de trabalhos e empregos nos mais diversos setores da sociedade (construtoras, comércio, rede hoteleira e de restaurantes, etc.). O EMF realizou a Feira de Fornecedores Locais, incentivando empresas ao processo de formalização de suas atividades e de regularização de seu quadro de funcionários, contribuindo para a ampliação de trabalhos formais (com carteira assinada) nos municípios. Verificou-se que o EMF direcionou também as Empresas</p>

Parceiras que compõem o Projeto Suzano sobre a priorização na aquisição de materiais e serviços junto a fornecedores locais. Com isso, evidenciou-se que hoje o Projeto Suzano no Maranhão gera emprego para 9.906 (67%) trabalhadores locais, do total de 14.846 trabalhadores (próprios e terceiros).

Apesar de pouco vista nos indicadores de economia, o desenvolvimento econômico das famílias presentes na zona rural que possuem sua base de trabalho e renda a partir das atividades agrícolas e extrativistas isoladas resultam na geração de uma microeconomia que dinamiza as relações sociais nos povoados e comunidades. Há um incremento financeiro para algumas famílias, gerado pelo Programa de Economia Sustentável (PES no Campo), desenvolvido pela OMF. PES no Campo é um programa que tem como finalidade apoiar de geração de renda voltados para comunidades rurais das áreas de convivência da empresa. Atualmente, ele consta de 03 projetos: Agricultura Comunitária; Extrativismo Sustentável (apoio a grupos extrativistas localizados em comunidades do entorno das propriedades da empresa – Pov. Petrolina e Altamira, Pov. São Félix e Pov. KM 1700); e Floradas – apicultura (PA Califórnia – Açailândia/MA e Povoado ACAN – Angico /TO).

Esse incremento acontece por meio da venda do excedente de grãos colhidos e produtos extrativistas coletados. Além disso, a garantia e segurança alimentar não podem ser desconsideradas no entendimento de desenvolvimento da economia local. Os dados da última safra estão explicitados no quadro abaixo:

Comunidade	Total Famílias	Famílias Beneficiadas	Tonela das	Cultura
PA VITORIA – Estreito /MA	65	20	29	Arroz
ASS. V. N. MARTÍRIOS – Vila Nova dos Martírios / MA (sede do município)	20	20	31,9	Arroz
PA SÃO PAULO/DESTILARIA - Darcinópolis / Palmeiras do Tocantins / TO	106	27	22,8	Arroz
PA TAMBORIL – Angico / TO	77	20	5,3	Arroz
SÃO FELIX – Imperatriz / MA	160	24	26	Feijão
OLHO D'ÁGUA DOS MARTINS – Imperatriz / MA	200	25	8,1	Arroz
TRECHO SECO – Cidelândia / MA	170	21	33,78	Milho, feijão, arroz
VARJÃO DOS CRENTES – Buritirana / NA	320	24	18,9	Arroz, milho, feijao
Totais		181	175,78	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto ainda contempla as comunidades PA Vitória – Estreito /Ma – 20 famílias (que não teve resultado computado porque o grupo enfrentou problemas climáticos e a roça não produziu) e a Associação de Pequenos Produtores de São Pedro D’Água Branca – S. Pedro D’Água Branca/MA – 22 famílias, que investiram 100% em mandioca que tem período de colheita diferente dos grãos.</li> </ul>
<p>A empresa desenvolve vários projetos sociais, incluindo agricultura familiar, dando apoio e incentivo a pequenos produtores.</p>	<p>Os auditores também verificaram que há projetos de agricultura familiar implementados na unidade de Cidelândia, tendo sido visitados alguns deles, como por exemplo, dos agricultores de Vila Nova dos Martírios, Varjão dos Crentes, Trecho Seco, e assentamento Deus Proteja.</p> <p>A agricultura familiar decorre de um projeto voltado para a renda de comunidades, devidamente descrito no Plano de Manejo Florestal, que por sua vez advém de uma sólida e transparente metodologia de identificação, caracterização e avaliação pactuada de aspectos e impactos socioeconômicos, que envolve, como se explica, adiante:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização socioeconômico-ambiental – baseline por município (SRM).</li> <li>• Inventário social local (IS).</li> <li>• Identificação de traços de tradicionalidade (ICCT).</li> <li>• Relatório Interno Socioambiental (RISA).</li> <li>• Avaliação de impactos sociais (Matriz de Impacto Social do Manejo Florestal).</li> <li>• Levantamento de Áreas de Alto Valor de Conservação Social (AAVCS).</li> <li>• Análise de oportunidade e de potencialidade de projetos sociais para as comunidades.</li> <li>• Acordo e orçamento para os projetos acordados.</li> <li>• Comunicação social continuada.</li> </ul> <p>Especificamente no que se refere à agricultura familiar, a Suzano aplica um modelo denominado de Agricultura Comunitária, e que tem por objetivo fortalecer os grupos de agricultura familiar, através de capacitação técnica e organizacional, apresentação de novas tecnologias de produção e acompanhamento técnico, para que estes melhorem a qualidade de vida de suas famílias e saiam da situação de subsistência. Contribuindo para que o campo seja um espaço de oportunidades e desenvolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.</p> <p>Hoje, na área do escopo de certificação, a Suzano mantém projetos de Agricultura Comunitária com seis comunidades (São Félix, Olho da Água dos Martins, Varjão dos Crentes, Trecho Seco, Vila Nova dos Martírios – Assentamento Deus Proteja e São Pedro da Água Branca), e que ora produzem arroz, milho e mandioca.</p>
<p>A Suzano fechou o viveiro do</p>	<p>Durante a auditoria foi verificado que o viveiro realmente foi</p>

<p>município de Cidelândia ficando mais de 200 trabalhadores sem emprego. A estrutura está abandonada.</p>	<p>desativado. Foi realizado um trabalho de desmobilização pela empresa, dos 116 colaboradores que trabalhavam nessa atividade. O processo de desmobilização levou 08 meses e foram tomadas as seguintes medidas:</p> <p>1 – Aproveitamento em outras Empresas Prestadoras de Serviço (EPS): 06 colaboradores foram aproveitados em outras empresas, inclusive na fábrica em construção; e</p> <p>2 – Aproveitamento na própria Suzano: os colaboradores da EPS foram convidados a participar do processo de capacitação para operadores de colheita, mas não houve inscrição. Entretanto, com o início desta atividade, as áreas serão replantadas e essas pessoas poderão ser aproveitadas na silvicultura, em outras EPS.</p> <p>Foi evidenciado também que a área de desenvolvimento operacional da empresa está percorrendo a região, fazendo a divulgação através de cartazes, rádios, escolas e órgãos públicos.</p> <p>Paralelamente, observou-se a realização de uma reunião da empresa com o prefeito de Cidelândia para demonstrar as ações tomadas, evidenciando 07 contratações pela Suzano em Cidelândia, 18 em Açailândia, 18 em Vila Nova e 02 em outras cidades.</p>
<p>Preocupa o fato de que outras empresas anteriores à Suzano, que vieram com promessas de empregos e desenvolvimento social, como a Celmar, Ferrogusa e Vale, foram embora. Será que isso não vai ocorrer novamente?</p>	<p>No 4º trimestre de 2013 a Suzano irá inaugurar uma fábrica de celulose no município de Imperatriz. Atualmente, cerca de 92% da obra foi concluída e já iniciou-se os testes de todos os equipamentos para operação.</p> <p>Ao todo, já foram investidos cerca de US\$ 3 bilhões para a construção da fábrica e formação da base florestal, que desde 2010 está trabalhando na região. Além disto, o EMF adquiriu todas as fazendas da Vale em Cidelândia e possui um contrato de compra de madeira da Vale Florestar, na região de Dom Eliseu - PA. Este contrato é de dois ciclos, ou seja, de 14 anos, no mínimo e a madeira servirá para a produção de celulose.</p> <p>Contratos adicionais com a Vale (mineradora) para o escoamento da produção até São Luis, instalação de outros fornecedores diretos de insumos como a Metso e Eka Chemicals na região e a construção de mais de 200 casas para os colaboradores, reforçam também que a empresa permanecerá na região.</p> <p>Outro item importante, foi o trabalho desenvolvido em 2 anos com os Governos do Estado e Municipal na formação de pessoas e que possibilitou a capacitação de mais de 7000 profissionais, sendo que quase 400 deles já são funcionários diretos da empresa, nas áreas de colheita, abastecimento e produção de celulose.</p> <p>Vale reforçar ainda que, a empresa já possui contrato de compra da celulose que será fabricada na região, principalmente com clientes no mercado europeu. Esta planta praticamente dobrará a produção de celulose da empresa e com certeza, faz parte do projeto de crescimento da empresa.</p>
<p>Embora não se possa afirmar que seja decorrente do uso de agrotóxicos pela Suzano, tem</p>	<p>Quanto ao uso de agrotóxicos, na auditoria foi evidenciado que a empresa atende os requisitos legais e técnicos sobre o uso de agrotóxicos em seus plantios. Também, há acompanhamento da</p>

<p>aumentado a incidência de câncer na população da região.</p>	<p>saúde ocupacional dos colaboradores expostos aos produtos químicos, com a realização de exames periódicos que permitem o monitoramento para a identificação de eventual de contaminação desses trabalhadores. Até o momento não houve registro de exame que indique ter havido contaminação de trabalhadores pelo uso de agrotóxicos.</p> <p>Além disso, a empresa realiza análises periódicas de água e solo, verificando todos os parâmetros recomendados por órgãos do governo, de maneira que as operações não deteriore o meio ambiente, incluindo as pessoas do entorno das atividades.</p> <p>A Suzano utiliza em seu processo produtivo adubos, com formulações à base de nitrogênio, fósforo, potássio e micronutrientes, conforme demanda originada nas análises de solo. Todos os defensivos utilizados são liberados para uso florestal e segue-se rigorosamente as recomendações dos fabricantes.</p> <p>Adicionalmente, evidenciou-se que a empresa realizou reuniões públicas em 20 comunidades onde foi abordado o uso de produtos químicos, com informativo acerca dos possíveis impactos negativos.</p>
<p>É reconhecido que as atividades da Suzano trazem certos transtornos, mas haverá contribuição para a comunidade.</p>	<p>A empresa desenvolve diálogo permanente com as comunidades do entorno (vizinhos limitantes, vizinhos distantes até 3 km dos limites das propriedades e comunidades de trajeto – percurso do transporte de madeira). Os investimentos sociais e as ações de prevenção e tratativa de impactos são definidos neste processo, através da atividade denominada “RISA – Relatório de Impactos Socioambientais”, que são aplicados sempre antes e ao final de uma nova atividade. Adicionalmente, a empresa dispõe de outra ferramenta: o Livro Suzano em Campo, amplamente conhecido pelas comunidades, que serve para registrar elogios, reclamações, pedidos, etc. Esse livro permanece disponível nas frentes de trabalho com os supervisores e encarregados das atividades de campo. Os agentes de campo monitoram essas demandas e as registram no sistema informatizado, que é constantemente analisado e monitorado. Isto faz com que tais pessoas e comunidades sejam conhecidas pelo EMF e também conheçam os processos da empresa, tornando-se assim, automaticamente os multiplicadores dos benefícios desenvolvidos na região.</p>
<p>O processo de certificação é bom, porque os funcionários aprendem mais e as coisas melhoram.</p>	<p>Os auditores verificaram vários pontos de melhoria desde o início do processo de certificação, implementando treinamentos, palestras e cursos de atualização. A Suzano, com o objetivo de demonstrar seu comprometimento em oferecer produtos com a melhor qualidade possível, com respeito ao meio ambiente e às pessoas, aderiu voluntariamente à certificação de diversas normas, entre elas o Cerflor. Isto só é possível com o treinamento e capacitação que a empresa realiza, abrangendo todos os colaboradores, sejam eles próprios ou terceiros, em temas que vão desde o conhecimento das políticas da empresa até os treinamentos específicos para o exercício da função de cada um.</p>
<p>Foi sugerido que o plantio de</p>	<p>Evidenciou-se que a Suzano cedeu áreas próprias para que as</p>

<p>eucalipto fosse utilizado com o cultivo de outras plantas com disponibilidade para a comunidade.</p>	<p>comunidades fossem beneficiadas através dos vários projetos de agricultura comunitária, abrangendo as comunidades de São Félix, Olho da Água dos Martins, Varjão dos Crentes, Trecho Seco, Vila Nova dos Martírios – Assentamento Deus Proteja e São Pedro da Água Branca, onde são produzidos arroz, milho e mandioca. Esses projetos foram implementados a partir de um processo estruturado de avaliação de impactos sociais e de diálogos sociais sistemáticos com todas as comunidades envolvidas.</p>
<p>As condições da estrada do arrozal são inadequadas e pioram com o uso intenso. As estradas da região não possuem estrutura suficiente para transporte de cargas pesadas.</p>	<p>A Suzano faz parcerias para melhorias nas estradas que beneficiem a empresa e a comunidade em geral. É o caso do trecho da Estrada do Arroz, que liga a cidade à fábrica onde a Suzano, em parceria com o Governo do Estado, construiu asfalto garantindo melhorias para as comunidades que utilizam este trajeto. Evidenciou-se também, que ainda em 2013 estão previstas melhorias em 17 km de estrada de terra ligando a fábrica ao desvio que passa por dentro do Bloco Eldorado, em uma das fazendas da empresa e também será feita a infraestrutura necessária para a utilização desta estrada, com previsão de investimento de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.</p>
<p>A empresa faz a manutenção de estradas, melhorando o acesso das comunidades às cidades. A Agência Nacional de Transportes Terrestre deu autorização para a empresa realizar o transporte de madeira com bitrem, e isso significa que não há problemas maiores – o processo está legal.</p>	<p>Foi verificado que na localidade de Açailândia, na área rural, no PA Nova Vitória e Sudelândia, recuperou-se 17 km de estradas vicinais, ligando estes povoados à BR 010. Evidenciou-se também que a Suzano trabalha de acordo com as condições legais, desta forma, busca as licenças exigidas que possibilitem a realização de seus processos dentro da legalidade.</p>
<p>A Suzano deveria fazer reunião com os gestores municipais para apresentação do manejo.</p>	<p>Foi verificado que no dia 15 de julho de 2013, a Suzano e os vereadores de Imperatriz, além de um Deputado Federal, se reuniram para alinhamento de informações sobre o empreendimento da empresa na cidade. Na ocasião, estiveram presentes o diretor do projeto da Suzano no Maranhão e o Diretor de Relações Institucionais que apresentaram o status da obra, os investimentos na região e todo o projeto compreendido desde o manejo florestal até o escoamento da produção, respondendo a todas as perguntas dos vereadores que, inclusive, já haviam visitado a construção da fábrica, em agosto de 2012. Os vereadores aproveitaram o encontro para, além de questionarem sobre a obra e negócios da Suzano na região, entenderem melhor quais os benefícios que a empresa trará para a comunidade em geral, como capacitação de pessoas, geração de empregos, desenvolvimento de projetos sociais etc. Além desta reunião, verificou-se que é comum que o EMF tenha encontros pontuais e contínuos com os representantes do governo, já que a Suzano mantém na Unidade de Imperatriz, dois representantes diretos de Relações Institucionais que fazem todos</p>

	<p>os contatos com os representantes governamentais. Eles têm agenda permanente não só com vereadores de Imperatriz, mas também de todos os municípios onde a Suzano tem operações. Paralelamente, foi evidenciado que todas as partes interessadas da região do entorno do empreendimento, receberam cópia do resumo público do plano de manejo.</p>
<p>A empresa tem parceria com a prefeitura de Vila Nova dos Martírios para a educação infantil. Além disso, também está ajudando a reformar uma creche.</p>	<p>Foi verificado que em 2013 iniciou-se a reforma da Creche Sonho de Criança em Vila Nova dos Martírios. Esta é uma parceria entre a Suzano e a Prefeitura Municipal, que encontrava-se em dificuldade para atender 120 crianças, na faixa etária de 0 a 5 anos. A entrega da obra está prevista para início de outubro/2013.</p> <p>Na mesma região, porém em município próximo, São Pedro D'Água Branca, a empresa possui investimento do mesmo projeto em duas modalidades: infraestrutura e pedagógico. Em infraestrutura, investiu-se em 2012 na reforma da segunda maior escola da sede do município, também em parceria com a prefeitura. A escola foi entregue ao município em dez/2012.</p> <p>Na modalidade pedagógica, são desenvolvidos nas 06 escolas do município os projetos do Instituto Ayrton Senna com periodicidade de 4 anos, tendo iniciado em 2011 e término em dez/2014.</p> <p>Além de São Pedro D'Água Branca, o projeto ainda é desenvolvido nos municípios de Imperatriz, Porto Franco e Estreito. São aproximadamente 39 mil alunos beneficiados.</p> <p>Recentemente, foi firmada parceria com a Metso, e o projeto foi ampliado para mais 04 municípios, dentre eles: João Lisboa, Montes Altos e Ribeirãozinho (Gov. Edison Lobão).</p>
<p>A Suzano patrocina um projeto agrícola na comunidade de Vila Nova dos Martírios (milho, arroz, feijão e mandioca). Há demanda para aumento dessa área agrícola – ATRUVIME (Associação).</p>	<p>Foi verificado que o empreendimento de manejo florestal desenvolve projetos de agricultura comunitária, abrangendo as comunidades de São Félix, Olho da Água dos Martins, Varjão dos Crentes, Trecho Seco, Vila Nova dos Martírios – Assentamento Deus Proteja e São Pedro da Água Branca, onde são produzidos arroz, milho e mandioca. Esses projetos foram implementados a partir de um processo estruturado de avaliação de impactos sociais e de diálogos sociais sistemáticos descritos a seguir e no Plano de Manejo Florestal do empreendimento.</p> <p>A empresa está estudando a possibilidade de ampliação da área cedida para o projeto agricultura comunitária, que hoje conta com 24 ha. Há possibilidade de uso da área que fica abaixo da linha de transmissão de energia. O diálogo com associação de agricultores, poder público e a concessionária de energia TBE (Transmissoras Brasileira de Energia), já se iniciou, e há possibilidade de ampliação para 60 ha de área total.</p>
<p>A comunidade tem interesse em conhecer as atividades da empresa.</p>	<p>Todas as comunidades rurais que se encontram no entorno das propriedades (raio de até 3 km), recebem visitas dos analistas de Sustentabilidade, que realizam apresentação da empresa e suas atividades, bem como, as ações de investimento social e relacionamento direto.</p> <p>Neste momento, não há visitas à construção da nova fábrica, pois</p>

	<p>iniciou-se a fase de comissionamento que são testes em equipamentos, que geram vapor, energia, etc., causando grande movimentação de caminhões, guindastes e pessoas. Entretanto, a empresa conta com um projeto de visita à Fábrica e tão logo inicie a operação, a empresa receberá as comunidades do entorno.</p> <p>Paralelamente, a empresa está destinando a Fazenda Itabaiana para um projeto de educação ambiental, que deverá ser concluído em 2015, em parceria com o Instituto Ecofuturo e a Metso, e o convite para conhecer as atividades florestais será estendido não só às associações, mas também às crianças e adolescentes através de suas escolas, que poderão ver todo o processo de produção, desde a seleção de clones até a preservação ambiental.</p>
<p>Há necessidade de melhoria do conhecimento da comunidade para lidar com a agricultura. A Suzano poderia investir mais nisso, ministrando cursos de adequação da produção para cada área.</p>	<p>A empresa desenvolve o Projeto Agricultura Comunitária em 10 povoados (Maranhão e Tocantins). São 343 agricultores beneficiados diretamente. Estes recebem acompanhamento técnico e orientação para melhoria do manejo diretamente pelos técnicos da empresa, que buscam corrigir os desvios do plantio e melhor preparar os beneficiados no conhecimento da cultura escolhida. Verificou-se ainda que há o apoio da secretaria municipal de agricultura que, constantemente está nas áreas do EMF, com orientações sobre a melhor forma de plantio, colheita e armazenagem.</p>
<p>A empresa tem movimentado a cidade de Vila Nova dos Martírios (cantina, restaurante, técnico de segurança) e os imóveis valorizaram.</p> <p>Com o aumento do fluxo de pessoas, qual é a preocupação da empresa em termos de infraestrutura da cidade, como por exemplo, hospital (ultrassom, raio X, cirurgia, etc)?</p>	<p>Normalmente, a Suzano não faz investimentos em infraestrutura, pois este é um compromisso do Governo. Entretanto, evidenciou-se que o EMF tem buscado, em conjunto com a sociedade e o governo, mecanismos para identificar as demandas e alternativas para cada localidade e verificar medidas de apoio.</p> <p>Como exemplo, pode-se citar a reforma da Creche Sonho de Criança em Vila Nova dos Martírios em parceria com a Prefeitura Municipal. A reforma da segunda maior escola de São Pedro D'Água Branca, que foi entregue ao município em dez/2012.</p> <p>A parceria da Suzano com o Governo do Estado para melhorias na estrada do trecho da Estrada do Arroz, onde foi construído asfalto garantindo melhorias para as comunidades que utilizam este trajeto.</p> <p>Essas atividades evidenciam a preocupação da empresa com a melhoria na infraestrutura das cidades onde atua.</p>

#### 4.0 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

O Quadro 4.1 abaixo contém as constatações da equipe de avaliação relacionadas ao cumprimento dos Princípios e critérios do padrão CERFLOR pelo EMF, relatados como pontos fortes e fracos. Os pontos fracos são anotados como Ações Corretivas Requeridas relacionadas a cada princípio.

##### 4.1 Pontos fortes e fracos em relação aos P&C do CERFLOR

Princípio/Área	Pontos Fortes Relativos aos Padrões	Pontos Fracos Relativos aos Padrões
<b>P1: Cumprimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de um procedimento</li> </ul>	Foram observadas inconformidades

<p><b>da legislação</b></p>	<p>sistêmico, estruturado de identificação e análise crítica de legislação aplicável, com a elaboração de planos de ação para o seu atendimento. Acompanhamento mensal da evolução dos planos de ação de forma a corrigir eventuais desvios;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de auditorias internas e externas semestrais para a verificação do atendimento à legislação aplicável;</li> </ul>	<p>relacionadas PCMSO e ASOS, tais como:</p> <p>a) O PCMSO da Suzano indica que os trabalhadores que exercem a função Operadores de Máquinas Florestais devem realizar os exames complementares hemograma e glicemia. Esses exames estão sendo realizados, porém não estão registrados nos ASOs.</p> <p>b) O PCMSO de empresas terceirizadas indica exames obrigatórios que não estão sendo realizados.</p> <p>c) Foi observado que a OMF não monitora ASOs demissionais de trabalhadores das empresas terceirizadas, portanto, não se sabe se os mesmos estão sendo realizados.</p> <p>d) Foi verificado que EPIs obrigatórios estão sendo entregues (ex: máscara para aplicadores de formicida) por empresas que prestam serviços na área de silvicultura, porém não constam na ficha de EPIs. <b>NC 2013-2</b></p> <p>a) Foi evidenciado que os riscos operacionais citados e descritos nas Matrizes de Riscos e no PPRA – NR09 (Suzano e empresas terceirizadas) das atividades de manejo não expressam a realidade daqueles verificados em campo. Exemplo: em nenhuma atividade operacional a céu aberto as matrizes de riscos reconhecem o risco intempéries.</p> <p>b) Os riscos operacionais citados e descritos na matriz de risco e PPRA para a atividade de combate a incêndio não reconhece todos os riscos inerentes à atividade. Exemplo: condições restritivas de relevo (grota/ baixões e morros) e vegetação, fogo subterrâneo, etc. <b>NC 2013-10</b></p> <p>Não foi evidenciado o kit de primeiros socorros junto à equipe de brigadistas e nem nas instalações da brigada na Fazenda Boa Fé, em Cidelândia. <b>NC 2013-13</b></p>
-----------------------------	--	---

<p><b>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</b></p>	<p>Em busca da sustentabilidade do manejo florestal das áreas adquiridas e já plantadas, a empresa realizou um amplo estudo, com a identificação e mapeamento de todos os passivos socioambientais então existentes. A seguir, a empresa desenvolveu um plano de ações e estabeleceu medidas corretivas / mitigadoras. Há um sistema de monitoramento e avaliação periódica dessas ações, visando a racionalidade do uso dos recursos e a sustentabilidade do empreendimento .</p>	<p>Nenhum.</p>
<p><b>P3: Zelo pela diversidade biológica</b></p>	<p>Nenhum.</p>	<p>Não foi evidenciada a existência de um plano para o mapeamento ou a demarcação dos habitats das espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção na UMF. <b>NC 2013-01</b></p> <p>Evidenciado que a empresa possui recursos materiais adequados para o combate à incêndios, porém em termos de treinamento, verificou-se deficiência do conteúdo programático que não destaca procedimentos de segurança da equipe para situações críticas, como incêndios em grotas, incêndios em morro acima, condições da vegetação do local de incêndio, etc. No acidente ocorrido em outubro, a equipe estava combatendo incêndio dentro de uma gruta, onde não se tem controle das condições climáticas e com uma vegetação alta, além de grande incidência de cipós. O procedimento de combate a incêndios não explicita as responsabilidades de cada membro da brigada (líder de equipe, motorista do caminhão pipa, auxiliar do motorista do caminhão pipa e demais membros), e de acordo com os fatos, o líder da equipe estava ajudando a combater o incêndio, o motorista do caminhão pipa e seu auxiliar estavam na trilha, também descendo a gruta. Não havia nenhum observador para informar sobre o avanço do fogo e dar ordem de retirada da equipe. <b>NC 2013-11</b></p>

<b>P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</b>	Nenhum.	Nenhum.
<b>P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do Programa de capacitação e treinamento de mão-de-obra em parceria com SENAI capacitou mais de 5000 pessoas na região. Parte desse grupo já está trabalhando na empresa. A exemplo, no Programa de capacitação e treinamento de mão-de-obra na UNF MA, temos:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Processo colheita: formaram 238 e contratou até o momento 109 colaboradores.</li> <li>2 – Processo silvicultura: os colaboradores que formaram em Aplicação de defensivos Agrícolas no núcleo de Cidelândia através da parceria SENAR, foram 200. Estes trabalham nas empresas prestadoras de serviço (EMFLORS e EMFLORA). O processo de treinamento silvicultura também trabalha com multiplicadores, que repassam os de capina, roçada, plantio, entre outros, que aumenta significativamente este número.</li> </ol> </li> <li>• Existência de estudo detalhado das áreas de manejo adquiridas no estado do Maranhão e Tocantins, e identificação e mapeamento de todos os passivos socioambientais, bem como os encaminhamentos, ações e medidas mitigadoras. Há um sistema de monitoramento dessas questões.</li> <li>• Projeto de incentivo e apoio à agricultura familiar em áreas da empresa.</li> <li>• Desativação dos fornos do antigo projeto ferro gusa acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Processo seletivo para contratação de mão-de-obra acompanhada pelo Ministério Público Estadual.</li> </ul>	Nenhum.

## 4.2 Processo para Determinar Conformidade

### 4.2.1 Estrutura do padrão e graus de inconformidade

Os padrões para o manejo florestal CERFLOR consistem de uma hierarquia de três níveis: princípios, os critérios correspondentes a cada princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SYSFLOR, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada inconformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a um ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade do sistema de gestão do EMF alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria (OM) também podem ser determinadas.

#### 4.2.2 Interpretação das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

*Não conformidades:* constatações que resultam (ou podem resultar) em uma falha fundamental no cumprimento de um critério relevante do CERFLOR, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Nesse caso, as ações corretivas devem ser determinadas pelo EMF, analisadas, aceitas e verificada sua eficácia pelo OCF para que o certificado possa ser concedido. Logo, a certificação depende da resposta do EMF quanto ao atendimento às NC dentro do prazo estipulado. As não conformidades podem ainda estar tipicamente limitadas em escala (pontual) ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema. Também para esse caso o EMF deve analisar, planejar e estabelecer as ações corretivas para que o certificado seja concedido.

*Oportunidades de Melhoria:* Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade para um indicador, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado, mas ações de melhorias não adotadas devem ser justificadas pelo EMF. Salinta-se que uma oportunidade de melhoria não implementada pode ser transformada em não conformidade se o desempenho relacionado ao indicador que a originou caracterizar inconformidade.

#### 4.2.3 Não conformidades

<input type="checkbox"/>	Nenhuma Não Conformidade foi determinada para o EMF durante a avaliação. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão de um certificado.
<input checked="" type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação. Estas foram todas fechadas pela equipe de auditores e atendem os requisitos dos padrões. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores, se for o caso de auditoria anual de manutenção, foram revisadas e fechadas antes da emissão do certificado.
<input type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação e esta ainda não as fechou satisfatoriamente.

#### 4.2.4 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

Neste tópico são indicados as possíveis falhas ou não conformidades identificadas na Auditoria Fase 1 e as **Respostas do EMF** no atendimento ou correção da questão levantada. Cumpre salientar que todas as Respostas dadas pelo EMF nos itens assinalados no quadro a seguir foram verificadas e evidenciadas pelos auditores na Auditoria Fase 2.

Princípio/Área	Possíveis Falhas / Não-Conformidades
<p><b>P1: Cumprimento da legislação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi definido o plano de adequação da Reserva Legal, de acordo com o código florestal brasileiro. Existem áreas não averbadas que necessitam de encaminhamento.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> A empresa demonstrou através de documentação fornecida (Matrículas das Propriedades e Certidões de Inteiro Teor) que todas as propriedades incluídas no escopo desta certificação possuem as suas áreas de RL averbadas à margem das respectivas matrículas de cada propriedade. A única pendência informada e verificada durante a auditoria Fase 1, diz respeito à Área de RL da Fazenda Eldorado (fora do escopo), em fase de desapropriação pelo INCRA, que fornece compensações a outras fazendas que estão no escopo desta certificação. Contudo, a empresa já providenciou o protocolo do termo de averbação de RL junto ao Órgão Ambiental estadual. Nesse novo processo, a empresa solicita a substituição das compensações vindas da Eldorado por outras áreas dentro das mesmas que fazendas integrantes do escopo que possuíam RL inferior ao requerido pela legislação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta tratativa / encaminhamento legal dos documentos de posse da terra de três áreas. A empresa possui apenas o documento de posse;</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Tratava-se de uma informação adicional, mas não uma pendência fundiária, já que as antigas posses estão situadas dentro de matrículas unificadas das respectivas propriedades.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta elaborar uma política de aquisição de terras que explicita parâmetros socioambientais. O item 6.4.1 do plano de manejo não abrange essa política.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Foi adequado o procedimento PR.13.00004 – COMPRA DE TERRA, que estabelece que na aquisição de terras um questionário socioeconômico-cultural será aplicado com o proprietário, visando identificar principais aspectos econômico, social e cultural do imóvel. O assunto foi adequado no item 6.4.1. do PMF (página 69).</p>
<p><b>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta um programa de diversificação da economia local, de forma a evitar a dependência de um único produto.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> A empresa busca a valorização da economia local com as reais possibilidades das comunidades locais. Ou seja, fortalecer as economias que já estão desenvolvidas dentro da área rural. Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Com as quebradeiras de coco de Petrolina (reforma de sede e doação de maquinário) e o acompanhamento desses trabalhos com visitas periódicas.</li> <li>- No extrativismo sustentável com açaí, com o apoio à extração no campo e no beneficiamento.</li> </ul>

	<p>- Agricultura Familiar, com atuação nas áreas próprias ou dos agricultores. Mais detalhes estão indicados na página 125 do PMF.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O plano de manejo não distingue e nem lista as áreas do estado do Maranhão e Tocantins que estão fora e dentro do escopo desta certificação. Há menção dessas áreas em vários itens do plano de manejo, sem distingui-las (ex; item 5.1 na página 53, item 6.2 na página 66 e 67, item 6.3.4 na página 69, 70 e 71). Falta citar também as áreas fora do escopo que se encontram na região de Cidelândia, como, por exemplo, o bloco Eldorado e o viveiro de mudas.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Os mapas e o PMF detalham as fazendas dentro e fora do escopo (como o bloco Eldorado e o viveiro). Vide item 5.1. Escopo, páginas 51 a 53 do PMF.</p>
<p><b>P3: Zelo pela diversidade biológica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não estão delimitadas em mapas as áreas de preservação permanente e reserva legal (APP, RL).</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> As áreas de APP e RL estão delimitadas nos mapas de uso de solo e nos mapas operacionais da empresa. O setor de cartografia da Empresa possui os “shapes” de imagens satélites Landsat tratadas que permitem a delimitação das áreas APP e RL em todas as propriedades. Além disso, a Empresa está contratando um serviço de aerofotogrametria para atualizar a sua base de dados cartográficos, para inclusive para, futuramente, caracterizar a vegetação natural existente nessas áreas de conservação preservação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta a conclusão dos estudos para identificação de áreas relevante interesse ecológico.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Durante a auditoria a Empresa comprovou a realização da Avaliação de Florestas de Alto Valor de Conservação (FAVC) para o Núcleo Cidelândia. Comprovou a realização de 9 reuniões públicas, envolvendo 12 comunidades, com listas de presenças com 280 participantes. Também, foi constatado que a empresa ratificou seis AAVCs na área do escopo desta certificação e definiu os alvos de monitoramento em cada uma. Vide item 7.2.4 do PMF (pag. 95 a 102).</p>
<p><b>P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi evidenciado planejamento da colheita em mosaico ou considerando microbacias.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Assunto está agora incluído nos itens 6.4.6.3 e 6.4.6.4 páginas 75 e 76 do PMF.</p>
<p><b>P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faltam evidências documentadas da tratativa do impacto social gerado pela implantação do projeto Suzano (florestal) na região do antigo projeto Ferro Gusa.</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> A Suzano procurou a Vale para tratar essa questão. O Diretor Carlos Garcia, da Vale, encaminhou e-mail para Paulo Gilbertoni (25/11/2011) informando-o sobre a existência de um programa de desmobilização de mão-de-obra realizada</p>

pela empresa. Nesse processo, a Vale garantiu e preservou todos os direitos dos empregados próprios e terceiros, que foi acompanhado pelos sindicatos das categorias envolvidas. No caso específico das áreas da Vale Ferro Gusa, ao assumi-las e desenvolver o atual projeto de instalação de uma nova fábrica em Cidelândia, a empresa propiciou aumento de oferta de empregos, treinamento funcional e formação profissional às comunidades locais, além de realizar elevados investimentos na região. Hoje, o setor florestal da Suzano Maranhão emprega 111 funcionários próprios e 1.584 de terceiros.

- Falta elaborar um plano de mitigação do impacto na mão de obra devido à redução planejada do volume de colheita na região de Cidelândia nos próximos anos;

**Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:** Através do PPG.13.00017 - RISA - RELATÓRIO INTERNO SOCIOAMBIENTAL, a empresa elabora Relatórios Internos Socioambientais (pré e pós-operação) com objetivo de identificar os possíveis impactos socioambientais proporcionados pelas atividades de manejo florestal e, orientar as áreas operacionais a fim de preveni-los ou mitigá-los (Pré Atividades) e avaliar a atividade realizada com base no levantamento pré-operação (Pós Atividades). O EMF acabou de firmar um contrato com o projeto Vale Florestar, para onde estará deslocando suas operações de colheita de madeira, na sequência às atividades da região de Cidelândia, o que evitará impactos significativos na mão-de-obra.

- Não foram apresentadas as autorizações dos órgãos competentes para o transporte dos trabalhadores, quando exigido;

**Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:** Apesar da emissão desse documento ser de responsabilidade dos órgãos estaduais, o representante da Emflors foi informado que o órgão estadual de trânsito no Maranhão não emite esse tipo de autorização requerida na auditoria. Dessa forma, foi protocolado em 22/10/2012 ofício da EMFLORS ao Departamento Municipal de Trânsito de Açailândia, DMT-MA, solicitando o credenciamento dos veículos de transporte de passageiros da empresa.

- Foi verificada a falta de um sistema de identificação e classificação de acidentes / incidentes do trabalho na atividade de roçada manual e mecanizada (exemplo: espinhos de tucum, árvores enroscadas, abelhas, etc.);

**Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:** Os riscos das atividades citadas foram incluídos na Matriz de Análise de Perigos e Controle dos Riscos (MDR 01.1633 01/03/2013).

- Falta adoção de um canal de diálogo com a comunidade indígena da reserva Krikati;

**Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:** A Empresa formalizou um ofício à FUNAI colocando-se à disposição para a realização de oficinas sobre o processo de licenciamento ambiental do núcleo Porto

Franco (fora do escopo desta certificação). Inicialmente foram realizados diálogos com as comunidades indígenas em alguns municípios de interface com seu projeto por meio de um processo de consulta livre e prévia aos povos indígenas (referenciando o artigo 6º da Convenção 169 da OIT). No período entre maio e junho de 2013 foram realizadas 7 reuniões preliminares com organizações governamentais (FUNAI, SEMA) e movimento indígena (COAPIMA, COIAB) onde foi definido conjuntamente um cronograma de atividades. Foram 7 as reuniões preparatórias realizadas. No período de julho e agosto de 2013 foram realizadas 7 visitas às Terras Indígenas para: identificação e mapeamento das lideranças, apresentação da demanda estabelecida pela Justiça Federal de apresentação do projeto da empresa no Estado do Maranhão para as lideranças indígenas. Ainda no mês de agosto, uma 2ª (segunda) rodada de visitas as Terras Indígenas (5 reuniões) foi realizada com o objetivo de apresentação do projeto da empresa para as comunidades indígenas (mobilização realizada pelos chefes tribais), e para informar sobre a participação das lideranças e chefes tribais numa OITIVA com a Suzano.

Esse processo culminou na realização da OITIVA COM LIDERANÇAS INDÍGENAS que foi organizada e realizada, em cooperação com a FUNAI e a Coordenação de Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA, contou com a participação de MPF, MPE, Câmara de Vereadores (vereadores indígenas), Prefeituras Municipais, CNPI, COIAB. A realização da Oitiva foi internalizada pela empresa como uma oportunidade para estreitar o diálogo com as comunidades indígenas dos municípios de Grajaú, Sítio Novo e Amarante (sendo que Amarante e Itaipava do Grajaú, não compõem os municípios do EIA – Estudo de Impacto Ambiental).

A Suzano realizou diálogo com comunidades do Povo Tenetehara ou Guajajara e do Povo Timbira e Gavião, das seguintes Terras Indígenas (TI Krikati, TI Morro Branco, TI Bacurizinho, TI Araribóia, TI Governador, TI Urucu-juruá). Especificamente em relação à TI Krikati, composta por 6 aldeias, as reuniões realizadas (3) se concentraram na Aldeia São José, com as seguintes lideranças participantes da Oitiva: Cacique João Grande, Edilson Krikati (professor e membro COAPIMA), Edilena Krikati (Chefe de Gabinete Funai), Lourenço Krikati (Coordenação COIAB). Conforme abordado, foram criados canais de diálogo com os indígenas Krikati e com outros povos indígenas dos municípios de Grajaú, Sítio Novo e Amarantes, que não fazem parte do escopo de certificação. Essas reuniões foram documentadas e apresentadas as listas de presença.

- Falta considerar nos cenários de planejamento florestal as questões de impactos sociais.

**Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:** Foi incluído no PPG.13.00017 - RISA - RELATÓRIO INTERNO SOCIOAMBIENTAL, em seu item 5.1.5 as responsabilidades do GPLAN no levantamento dos impactos socioambientais das atividades da empresa, bem como, em seu item 5.2.1 as atividades de planejamento florestal que devem ser realizadas sob a responsabilidade do GPLAN.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram verificados alguns conflitos pontuais de posse e uso da terra que necessitam encaminhamentos e/ou resolução (região Vila Nova dos Martírios, trecho Seco e Eldorado).</li> </ul> <p><b>Evidências apresentadas pelo EMF durante a auditoria fase 2:</b> Na área do escopo desta certificação, a empresa possui dois conflitos de posse e uso de terras.</p> <p>1) Fazenda São José III, em Trecho Seco Trata-se de um questionamento quanto à divisa dessa fazenda com a Comunidade do Povoado Trecho Seco. Durante a auditoria foi evidenciado que o assunto está sendo tratado pela Suzano com o INCRA, com a empresa tendo encaminhado o Mapa Geo da fazenda e a documentação fundiária para análise daquele instituto.</p> <p>2) Fazenda Jurema, em Vila Nova dos Martírios. Durante a auditoria foi disponibilizada uma Declaração do INCRA, Unidade Avançada de Imperatriz – UA/IPZ, informando que essa citada fazenda foi invadida por assentados do Projeto de assentamento Deus Proteja, e que, “o INCRA juntamente com a Empresa Suzano vem envidando esforços no sentido de definir estes limites, estando no momento dependentes de algumas certidões”. Indica ainda que o prazo previsto para conclusão dos trabalhos seria na segunda quinzena de agosto de 2013.</p> <p>Fora do escopo desta certificação, há conflito com a Fazenda Eldorado: Trata-se de uma fazenda em processo de desapropriação pelo INCRA, motivo pelo qual a empresa retirou do escopo de certificação Cerflor.</p>
--	---

#### 4.2.5 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

<b>Constatação Número: 01-2013</b>	
Selecione uma: <input checked="" type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	3.2.c
<b>Não conformidade:</b> Não foi evidenciada a existência de um mapeamento ou a demarcação dos habitats das espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção na UMF.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b> Devido ao fato de o monitoramento de fauna e flora estar em fase de implantação e estruturação, não foi possível realizar parte do mapeamento ou demarcação dos habitats das espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção.	
<b>Ação Corretiva do EMF</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Estratégias e plano de ação para a tratativa da NC, com análise de causas raízes, racionalização, medidas corretivas imediatas e medidas corretivas definitivas. Mapa do Levantamento de Flora.
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final

	<input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva</b>	<p>A empresa extraiu dos relatórios dos estudos de flora e fauna (avifauna e mastofauna) realizados nos trabalhos desenvolvidos para a avaliação das possíveis áreas de alto valor de conservação. Esses estudos demonstram quais as espécies alvo que deve-se monitorar, por FAVC, com base em endemismo, vulnerabilidade (ameaça de extinção) e raridade. As espécies da Flora, de grande importância ecológica e social são, com base em vulnerabilidade: Açaizeiro, Babaçu, Castanheira do Brasil, Cajazeira, Bacurizeiro, Pequizeiro e Buritizeiro. São espécies muito utilizadas por animais silvestres e pelas populações tradicionais, como fonte de alimentação e renda, principalmente nos municípios de Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, São Félix, Cidelândia, Olho d'água dos Martins, dentre outros. Portanto, foram elencadas como espécies alvo para ações de preservação, maximização da regeneração natural e ações de manejo sustentável para gerar o uso contínuo e sustentável das mesmas, garantindo desta forma a segurança alimentar e o bem estar das populações tradicionais do entorno das FAVCs da Suzano Papel e Celulose e contribuindo para a sustentabilidade ambiental. De maneira similar, por FAVC foram elencadas as espécies de aves: pomba-botafogo (<i>Patagioenas subvinacea</i>); a tiriba-pérola (<i>Pyrrhura lepida</i>); aracuã-de-sombrancelhas (<i>Ortalis superciliaris</i>), maracanã-verdadeira (<i>Primolius maracana</i>) e jacupiranga (<i>Penelope pileata</i>). As espécies da mastofauna elencadas para monitoramento nas FAVC da empresa são: <i>Mazama gouazoubira</i> (veado-catingueiro); <i>Leopardus pardalis</i> (jaguaritica); <i>Saguinus niger</i> (sagui-una), <i>Allouata belzebul</i> (guariba-de-mãos-ruivas), <i>Ateles</i> sp. (macaco-aranha) e <i>Puma concolor</i> (onça-parda); <i>Leopardus tigrinus</i> (gato-do-mato); <i>Saimiri sciureus</i> (mico-de-cheiro); <i>Saguinus niger</i> e <i>Chiropotes satanás</i> (cuxiú).</p> <p>Para a flora já foi realizado o trabalho subsequente de demarcar as espécies alvo identificadas em áreas (habitats) dentro das FAVC da UNF - MA - Núcleo de Cidelândia, conforme mapa encaminhado à Sysflor.</p> <p>Para a fauna (avifauna e mastofauna), esse mapeamento requerido só poderá ser concluído após a campanha complementar do período seco, que estará concluída até dezembro de 2013. Portanto, até fevereiro de 2014, a empresa deverá demarcar em mapas, por FAVC, as espécies de aves e de mamíferos confirmadas como espécies alvo para monitoramento. Nesse mesmo prazo, deverá ser demarcado em mapas, por micro habitat dentro das FAVC, as espécies de primatas confirmadas como espécies alvo para monitoramento, dado que as demais espécies da fauna identificadas ocupam vastos territórios dentro das FAVC e entre as FAVC.</p>
<b>Revisão da SysFlor</b>	<p>A empresa apresentou o documento "Resposta à Não Conformidade 01-2013 – Não Evidenciado Existência de Mapeamento ou Demarcação dos Habitats das Espécies Endêmicas, Raras e Ameaçadas de Extinção". Este documento indica as espécies da Flora que serão alvos de monitoramentos em cada uma de suas FAVC. Também, indica a necessidade cabível e aceita de realizar mais uma campanha de monitoramento de Fauna (aves e mamíferos), em período seco, para concluir o mapeamento das espécies animais endêmicas, raras e ameaçadas de extinção em cada FAVC. Também, até fevereiro de 2014 a</p>

	<p>empresa deverá concluir a demarcação em mapas, por micro habitat dentro das FAVC, as espécies de primatas confirmadas como espécies alvo para monitoramento.</p> <p>Para a Flora a empresa apresentou em arquivo PDF um mapeamento com a demarcação dos habitats das espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção na UMF, inseridas em suas FAVC.</p>
<b>Situação atual da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 02-2013</b>	
<i>Selecione uma:</i> <input checked="" type="checkbox"/> <b>NC maior</b> <input type="checkbox"/> <b>NC menor</b> <input type="checkbox"/> <b>OM</b>	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.b (NR 31.5.1.3.2 ; NR 31.5.1.3.3c e NR 6.6.1.h )
<p><b>Não conformidade:</b> Foram observadas inconformidades relacionadas PCMSO e ASOS, tais como:</p> <p>a) O PCMSO da Suzano indica que os trabalhadores que exercem a função Operadores de Máquinas Florestais devem realizar os exames complementares hemograma e glicemia. Esses exames estão sendo realizados, porém não estão registrados nos ASOs.</p> <p>b) O PCMSO de empresa terceirizada indica exames obrigatórios que não estão sendo realizados.</p> <p>c) Foi observado que a OMF não monitora ASOs demissionais de trabalhadores das empresas terceirizadas, portanto, não se sabe se os mesmos estão sendo realizados.</p> <p>d) Foi verificado que EPIs obrigatórios estão sendo entregues (ex: máscara para aplicadores de formicida) por empresas que prestam serviços na área de silvicultura, porém não constam na ficha de EPIs.</p>	
<p><b>Análise da Causa pelo EMF:</b> Falha de controle nos processos de SSO e falta de atenção / controle na atualização do PCMSO em prestador de serviço.</p>	
<b>Ação Corretiva do EMF</b> ( <i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i> )	<p>a) Ações corretivas elencadas pela Empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento da colaboradora responsável pelo processo em NR 7 (lista de presença);</li> <li>- E-mail do gestor apresentando o acontecido;</li> <li>- E-mail da área de Saúde Ocupacional (SSO) para a empresa prestadora de serviço responsável (SEMET);</li> <li>- ASOs corrigidos;</li> <li>- Cópia do PCMSO;</li> <li>- Procedimento PCMSO (PPG.14.329).</li> </ul> <p>b) Ações corretivas elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a correção das ASO;</li> <li>- Realizar reunião interna sobre o tema e redigir ATA;</li> <li>- Área de SSO: encaminhar E-mail exigindo atendimento da realização dos exames requeridos;</li> <li>- Formulário e procedimento do SSOMA;</li> <li>- Plano de ação da prestadora de serviço;</li> </ul>

	<p>- Termo de compromisso.</p> <p>C) Ações corretivas elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- E-mail do gestor apresentando o acontecido (envolve a criação de controle de acompanhamento mensal dos exames demissionais nas EPS, com a identificação dos desligamentos e o envio automático de notificação se a EPS não apresenta a respectiva ASO; elaboração mensal de relatório evidenciando as pendências para haver cobranças junto as empresas).</li> <li>- Procedimento para controle/monitoramento (Procedimento POP 10.00006 - Controle de Obrigações Trabalhistas).</li> </ul> <p>D) Ações corretivas elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de ação;</li> <li>- Ata reunião GTSSO e lista de presença;</li> <li>- E-mail do gestor SSO;</li> <li>- Fichas de EPIs corrigidas;</li> <li>- Formulário do SSOMA;</li> <li>- Procedimento do SSOMA;</li> <li>- Formulário da Análise de Tarefa;</li> <li>- Procedimento da Análise de Tarefa;</li> <li>- Ata de reunião interna.</li> </ul>
<p><b>Prazo para implementação da ação corretiva</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p><b>Evidência de implementação da ação corretiva</b></p>	<p>a) Evidencias encaminhados para a avaliação de implementação da Ação Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento da colaboradora responsável pelo processo em NR 7 (lista de presença);</li> <li>- E-mail do gestor apresentando o acontecido (Responsável pela áreas de Saúde e Qualidade de Vida de Suzano UNF Maranhão, que informa ter tomado providencias, inclusive reciclagem de funcionária quanto à NR 07);</li> <li>- E-mail da área de Saúde Ocupacional (SSO) para a empresa prestadora de serviço responsável (SEMET) alertando a representante da Clinica Semet sobre a necessidade de uma maior atenção no preenchimento das ASOs em conformidade com o PCMSO e os exames requeridos / realizados;</li> <li>- ASOs corrigidos (Exame admissional de treze Operadores de Máquinas Florestais com a indicação da realização dos exames de Hemograma e Glicemia);</li> <li>- Cópia do PCMSO;</li> <li>- Procedimento PCMSO (PPG.14.329).</li> </ul> <p>b) Evidencias encaminhados para a avaliação de implementação da Ação Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ASOs corrigidos (envolve 16 exames periódicos, sendo: lubrificador 01; mecânicos 16; torneiro mecânico 1 e motorista de comboio 01);</li> <li>- Ata de reunião interna sobre o tema (NR 07 e elaboração de Plano de Ação para a correção da NC);</li> <li>- E-mail da área de SSO (informações do SSOMA: procedimento e formulário);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formulário e procedimento do SSOMA;</li> <li>- Plano de ação da prestadora de serviço (inclui 5 ações, inclusive a de demonstrar à Suzano as evidências das ações tomadas e a mitigação da NC);</li> <li>- Termo de compromisso (Firmado entre a Tracbel e a Clínica Clímetra/CST referente à obrigatoriedade de atender a NR 07, em específico o preenchimento do ASO e realização de todos os exames descritos no PCMSO).</li> </ul> <p>c) Evidências encaminhados para a avaliação de implementação da Ação Corretiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- E-mail do gestor apresentando o acontecido (envolve a criação de controle de acompanhamento mensal dos exames demissionais nas EPS, com a identificação dos desligamentos e o envio automático de notificação se a EPS não apresenta a respectiva ASO; elaboração mensal de relatório evidenciando as pendências para haver cobranças junto as empresas).</li> <li>- Procedimento para controle/monitoramento (Procedimento POP 10.00006 - Controle de Obrigações Trabalhistas).</li> </ul> <p>d) Evidências encaminhados para a avaliação de implementação da Ação Corretiva:</p> <p>Evidências apresentadas pela empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de ação para a correção da NC assinalada (com 4 ações designadas para atender a NC);</li> <li>- Ata reunião GTSSO e lista de presença (demonstra que o tema foi tratado nessa reunião);</li> <li>- Ata de Reunião Extraordinária Interna da Emflors (tratando sobre EPIs, enfatizando a necessidade de registro de seu fornecimento nas fichas de seus respectivos donos).</li> <li>- E-mail do gestor SSO (encaminha a avaliação do Plano de Ação para atendimento da NC, com as 4 ações estabelecidas apontadas como “atendidas”);</li> <li>- Fichas de EPIs corrigidas (inclui 13 Trabalhadores Florestais da Emflors);</li> <li>- Como informações complementares foram encaminhados: o Formulário e Procedimento do SSOMA; - Formulário da Análise de Tarefa e - Procedimento da Análise de Tarefa;</li> </ul>
<p><b>Revisão da SysFlor</b></p>	<p>A) As comprovações encaminhadas pela empresa de correção das ASOs, treinamento funcional (reciclagem) e alerta a prestadora de serviços de exames médicos são considerados adequados para a correção da NC apontada (Constatação Nº 02-2013, alínea (a)).</p> <p>B) As comprovações encaminhadas pela empresa da realização da reunião interna na EPS sobre a revisão da NR 07 e a elaboração e execução do Plano de Ação, culminando com as correções das ASOs e o Termo de compromisso assinado são considerados adequados e suficientes para a correção da NC apontada (Constatação Nº 02-2013, alínea (b)).</p> <p>C) As comprovações encaminhadas pela empresa incluem a proposta do responsável da Área de Gestão Estratégica de Contratos a passar a controlar, mensalmente, os desligamentos funcionais realizados nas EPS e a partir desse controle, requerer junto aos prestadores de serviços o envio das ASOs dos exames de demissão realizados no período. Segundo o POP 10.00006, as EPS que não atenderem essa demanda poderão ter pagamentos parcialmente bloqueados, conforme previsto no citado Procedimento.</p>

	<p>Dessa forma, as providencias tomadas pela empresa são considerados adequados e suficientes para a correção da NC apontada (Constatação Nº 02-2013, alínea (c)).</p> <p>D) O plano de ação desenvolvido, a avaliação do atendimento do Plano de Ação estabelecido e as comprovações de correções nas fichas de EPIs seriam suficientes para a comprovação do atendimento da NC assinalada. Além dessas comprovações, foram evidenciadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ATAs de reuniões da Empresa e Prestadores de Serviços para a discussão das NC e OM levantadas na Auditoria Fase 2 de Certificação CERFLOR;</li> <li>- ATA de reunião interna da Emflors sobre EPIs e seu registro nas fichas individuais dos funcionários;</li> </ul> <p>Portanto, considera-se ATENDIDA a NC assinalada na Constatação Nº 02-2013, alínea (d).</p>
<b>Situação atual da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 03-2013</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	2.2.a
<b>Oportunidade de Melhoria:</b> A OMF possui importante trabalho em Meteorologia / climatologia, desenvolvido por uma consultoria. É importante que o plano de manejo mencione esse trabalho e indique como tais informações são consideradas no planejamento das atividades de manejo. O mesmo ocorre para o trabalho de caracterização dos solos. Há estudos aprofundados na identificação e classificação dos solos, mas, o PM não há maiores indicações sobre esse trabalho, inclusive suas restrições de usos e as técnicas recomendadas de manejo.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> ( <i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i> )	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 04-2013</b>	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	4.2.c
<b>Oportunidade de Melhoria:</b> No monitoramento dos recursos hídricos, a OMF realiza análises físico-químicas das águas. Assim, convém que a empresa conduza um relatório de interpretação dos resultados dos monitoramentos dos recursos hídricos.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

<b>Constatação Número: 05-2013</b>	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.b (NR 31.10.1)
<b>Oportunidade de melhoria:</b> A OMF utiliza, em algumas frentes de trabalho, o transporte em caminhões “tipo baú”. Porém, quando as distâncias percorridas são muito longas em estradas rurais, esse tipo de transporte torna-se desconfortável. Portanto, convém que a empresa reavalie tipos de transporte funcional alternativos nessas condições.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	

<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 06-2013</b>	
<i>Selecione uma:</i> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	2.2.a
<b>Oportunidade de Melhoria:</b> O Plano de Manejo Florestal não contém referência bibliográfica e documental referentes às informações utilizadas. Os itens “4.2. Contexto social” e “4.2.1. Diagnóstico dos Municípios” não apresentam dados atualizados do Censo IBGE 2010. Assim, convém que a empresa cite a bibliografia consultada no PMF e utilize fontes de dados que expressem a realidade socioeconômica local atual.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> ( <i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i> )	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 07-2013</b>	
<i>Selecione uma:</i> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	

<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	5.1.h
<b>Oportunidade de melhoria:</b> A empresa desenvolve ações que incentivam programas de saúde junto às populações locais, porém são pontuais que poderiam ser ampliadas para maior efetividade.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

<b>Constatação Número: 08-2013</b>	
<i>Selecione uma:</i> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	5.1.i
<b>Oportunidade de melhoria:</b> A empresa desenvolve ações que incentivam programas de educação ambiental, porém, o foco maior está na prevenção e combate a incêndios e convém que a abordagem seja mais ampla, contemplando diversos aspectos ambientais.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo
<b>Evidência de implementação da da</b>	

<b>ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 09-2013</b>	
<i>Selecione uma:</i> <input type="checkbox"/> <b>NC maior</b> <input type="checkbox"/> <b>NC menor</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>OM</b>	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.b
<p><b>Oportunidade de Melhoria:</b> A empresa reembolsa as colaboradoras mulheres com filhos de até 12 meses para suprir gastos com creche e /ou pessoa física para cuidado em casa. No último caso, a empresa solicita RG e CPF da cuidadora da criança, não havendo orientação quanto à idade mínima da pessoa a ser contratada como babá com os recursos do auxílio creche, fornecidos pela empresa às mães trabalhadoras. Dessa forma, visando atender as Convenções 138 e 182 da OIT, e as leis e regulamentos brasileiros estabelecidos, seria conveniente criar procedimento regulamentando a idade mínima da pessoa a ser contratada como babá, utilizando-se dos recursos do auxílio creche fornecido pela empresa às mães trabalhadoras.</p>	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> ( <i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i> )	
<b>Prazo para implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 10-2013</b>	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.b
<p><b>Não conformidade:</b> a) Foi evidenciado que os riscos operacionais citados e descritos nas Matrizes de Riscos e no PPRA – NR09 (Suzano e empresas terceirizadas) das atividades de manejo não expressam a realidade daqueles verificados em campo. Exemplo: em nenhuma atividade operacional a céu aberto as matrizes de riscos reconhecem o risco intempéries.</p> <p>b) Os riscos operacionais citados e descritos na matriz de risco e PPRA para a atividade de combate a incêndio não reconhece todos os riscos inerentes à atividade. Exemplo: condições restritivas de relevo (grota/ baixões e morros) e vegetação, fogo subterrâneo, etc.</p>	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b> Falta de percepção de todos os riscos da operação de combate à emergência, devido ao fato de nunca termos vivenciado situação semelhante.	
<b>Ação Corretiva do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	1 - A MDR foi devidamente revisada e iniciou-se sua disseminação para as partes envolvidas. Esta revisão traz riscos próprios do combate à emergência, não contemplados anteriormente; 2 - Paralelamente, o PPRA existente para próprios está sendo revisado e ficará pronto até dez/13; 3 – Após isto, a área de SSO analisará o PPRA dos terceiros até jan/14, solicitando os acertos necessários.
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	A Matriz de Risco (MDR) foi revisada e os riscos reconhecidos e classificados estão de acordo com a realidade da atividade. Para o PPRA, foi apresentado o plano de ação e a implementação será verificada na próxima auditoria.
<b>Situação atual da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

<b>Constatação Número: 11-2013</b>	
Selecione uma: <input checked="" type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	

<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	3.3.b
<p><b>Não conformidade:</b> Evidenciado que a empresa possui recursos materiais adequados para o combate à incêndios, porém em termos de treinamento, verificou-se deficiência do conteúdo programático que não destaca procedimentos de segurança da equipe para situações críticas, como incêndios em grotas, incêndios em morro acima, condições da vegetação do local de incêndio, etc. No acidente ocorrido em outubro, a equipe estava combatendo incêndio dentro de uma gruta, onde não se tem controle das condições climáticas e com uma vegetação alta, além de grande incidência de cipós. O procedimento de combate a incêndios não explicita as responsabilidades de cada membro da brigada (líder de equipe, motorista do caminhão pipa, auxiliar do motorista do caminhão pipa e demais membros), e de acordo com os fatos, o líder da equipe estava ajudando a combater o incêndio, o motorista do caminhão pipa e seu auxiliar estavam na trilha, também descendo a gruta. Não havia nenhum observador para informar sobre o avanço do fogo e dar ordem de retirada da equipe.</p>	
<p><b>Análise da Causa pelo EMF:</b> Nos simulados não foi detectada necessidade de descrever em procedimento e/ou manuais todas as responsabilidades dos componentes da brigada.</p>	
<b>Ação Corretiva do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Após o acidente, foi detectada a necessidade de descrever de forma mais clara as responsabilidades de cada membro componente da brigada. Para isto, foram tomadas as seguintes ações:</p> <p>1 – Todo o material de treinamento e demais documentos relacionados foram revisados e passaram a destacar instruções quanto ao combate em áreas críticas, definindo responsabilidades para cada membro da equipe.</p> <p>2 – Realizada reciclagem com técnicos de segurança, multiplicadores e brigadistas de todas as empresas envolvidas, nos dias 27, 28 e 29/11/13.</p>
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva</b>	Material de treinamento e documentos revisados, bem como lista de presença dos participantes do treinamento.
<b>Revisão da SysFlor</b>	<p>Evidenciado que o PPG.01.577 foi revisado em 25/11/2013, onde foram bem definidas as atividades de cada membro da equipe de combate a incêndios florestais, bem como instruções a respeito de como proceder conforme topografia e vegetação do local estão adequadas.</p> <p>Evidenciado também a revisão do conteúdo programático dos treinamentos estão adequados a s realidades da região.</p> <p>Foi apresentado ainda os registros do treinamento realizado em novembro de 2013.</p>
<b>Situação atual da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

**Constatação Número: 12-2013**

<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.e
<b>Oportunidade de Melhoria:</b> Foi observado que as camisas usadas pelos componentes das brigadas que combatem incêndios é confeccionada com material sintético (67% poliéster e 33% viscose), não compatível com o risco da atividade de combate a incêndio. O procedimento PG 13.00007 prevê o uso de calça de operador de motosserra na atividade de combate a incêndios. Dessa forma, convém que a empresa faça a adequação dos uniformes e EPI usados pelos brigadistas, de acordo com os riscos da atividade de combate a incêndio.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	
<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

<b>Constatação Número: 13-2013</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	1.3.e
<b>Não conformidade:</b> Não foi evidenciado o kit de primeiros socorros junto à equipe de brigadistas e nem nas instalações da brigada na Fazenda Boa Fé, em Cidelândia.	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b> Não havia sido determinada responsabilidade pela guarda do kit de emergência.	
<b>Ação Corretiva do EMF</b>	1 – A responsabilidade pela guarda do kit de primeiros socorros ficou a cargo do ferramenteiro.

<i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	2 – Realizada conferência em todas as frentes de trabalho e brigadas de emergência para verificação da existência do kit de primeiros socorros. Confirmada existência do kit em todos os locais necessários. 3 – Item auditável no monitoramento do SSOMA.
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação corretiva</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	Foi verificado na página 07 do PPG.01.577 que a responsabilidade pela guarda e manutenção do Kit de Primeiros Socorros (Emergência) será do ferramenteiro. A empresa também definiu que esse item vai ser auditado no monitoramento do SSOMA. Assim, durante a próxima auditoria, será checada a implementação do plano de ação definido pela empresa.
<b>Situação atual da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

<b>Constatação Número: 14-2013</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	2.1.d
<b>Oportunidade de melhoria:</b> A empresa relatou o processo de elaboração de procedimentos internos, incluindo os operacionais. Entretanto, não foi evidenciada a formalização desse processo, descrevendo o fluxo e as responsabilidades em cada fase (elaboração, revisão/consenso, aprovação e treinamentos).	
<b>Análise da Causa pelo EMF:</b>	
<b>Ação de Melhoria do EMF</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
<b>Prazo para implementação da ação de melhoria</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Outro prazo (especifique): sem prazo definido
<b>Evidência de implementação da ação de melhoria</b>	
<b>Revisão da SysFlor</b>	

<b>Situação atual da OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada
	<input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>consulte descrição acima</i> )

## 5.0 DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

<b>Recomendação de Certificação</b>	
<b>A Certificação CERFLOR deve ser concedida ao EMF</b>	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b> <input type="checkbox"/>
A equipe de avaliação da SYSFLOR faz a recomendação acima para certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SYSFLOR. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:	
O EMF apresentou ações corretivas para todas as NCs que foram apontadas durante a avaliação	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b> <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b> <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b> <input type="checkbox"/>
Comentários: O EMF apresentou um excelente desempenho na avaliação do padrão CERFLOR e está apto para receber o certificado de florestas bem manejadas.	

